

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 6 DE DEZEMBRO DE 2013

NÚMERO 6.632

MESA

Joares Ponticelli
PRESIDENTE

Romildo Titon
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Ana Paula Lima

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei A. Ascarí
Jean Kuhlmann
Ana Paula Lima
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto
Aldo Schneider

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Merisio
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Dóia Guglielmi
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Aldo Schneider
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Taxista Voltolini - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Dado Cherem
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Angela Albino
Silvio Dreveck
Neodi Saretta
Luciane Carminatti
Renato Hinnig
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei A. Ascarí
Dirceu Dresch
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dóia Guglielmi

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Gelson Merisio
Dirceu Dresch
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Taxista Voltolini - Vice-Presidente
Ciro Roza
Altair Silva
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Jorge Teixeira
Darci de Matos
Altair Silva
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Renato Hinnig
Marcos Vieira

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Altair Silva
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal
Taxista Voltolini
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Altair Silva
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Dado Cherem
Reno Caramori
Gelson Merisio
Sargento Amauri Soares

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p style="text-align: center;">EXPEDIENTE</p> <hr/> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 097ª Sessão Ordinária realizada em 24/10/2013.....2 Ata da 037ª Sessão Especial realizada em 25/10/2013 em Homenagem ao Dia do Cirurgião-Dentista.....8 Ata da 098ª Sessão Ordinária realizada em 29/10/2013.....12 Ata da 029ª Sessão Extraordinária realizada em 29/10/2013.....19</p> <p>Publicações Diversas Projeto de Lei Complementar20</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 097ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck.

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Registramos a presença dos alunos do curso de Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina, do município de São Miguel d'Oeste.

Sejam todos bem-vindos ao Parlamento catariense.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, estudantes de Direito que nos dão a honra de sua visita, quero fazer alguns registros que entendo muito importantes.

Ontem foi um dia muito triste para aqueles que lutaram por mais de 20 anos pela duplicação da BR-101. Muitas pessoas me disseram para ir para casa dormir, que estava incomodando os outros e que tinha que parar de trancar a BR-101, mas eu fazia de conta que não estava ouvindo nada e continuava na luta. Trancamos a BR-101 muitas vezes em horário de pico, inclusive das 6h às 16h. Foi um caos, mas era o único instrumento que tínhamos para convencer o governo federal que aquela rodovia tinha que ser duplicada.

Certa vez, sr. presidente, fechamos um trecho em Maracajá. Era a época em que nos finais de semana havia um horário especial para os caminhões trafegarem. Então, cheguei num posto em Maracajá onde havia aproximadamente cem caminhões parados e as esposas dos caminhoneiros conversaram comigo dizendo que moravam em Sombrio, em Jacinto Machado e estavam ali trancados. Perguntaram-me se eu achava justo estarem ali presos, sem poderem ir para casa. Quer dizer, quem trabalhava estava ali parado e quem estava de férias podia passear! Eu disse que não era justo de jeito nenhum! Perguntei quem tinha coragem para começar um movimento. Aí um motorista magrelinho disse que topava. Não demorou muito e outros aderiram. Resultado: atravessamos os caminhões na pista e trancamos tudo! Foi um transtorno só.

Não havia sido convocada a imprensa, era um negócio somente para chamar a atenção das autoridades. Aí chegou um promotor de Porto Alegre e perguntou o seguinte: "Quem é o irresponsável por isso? Quem está fazendo isso?" Ninguém respondia, mas depois de um tempo uma senhora disse: "É aquele moço lá!" Aí o promotor veio com tudo e disse o seguinte: "Eu poderia prendê-lo aqui, porque o senhor está sendo um irresponsável". Eu olhei para ele e perguntei-lhe de onde era e ele me respondeu que era do Rio Grande do Sul. Eu perguntei o que fazia e ele me disse que era promotor. Então, eu perguntei-lhe: "O senhor sabe onde é que o senhor manda? No lado de lá, aqui o senhor não manda em nada! E vá-se retirando. Os motoristas ficaram com coragem e disseram: "Vamos, deputado!" Eu disse: "Não, calma aí." Porque já queriam bater no promotor.

Então, é a história de uma luta de alguém que travou uma luta e que até responde a quatro processos na Polícia Federal.

Muitos prometeram fazer a obra, mas quem entregou a ordem de serviço em Palhoça foi Luiz Inácio Lula da Silva. Ele não conseguiu concluir a obra e não sei se a presidente Dilma vai conseguir!

Agora, o superintendente do DNIT disse-me assim: "Deputado Manoel Mota,

v.exa. que gosta de fechar estradas, nos ajude a fazer a quarta pista lá em cima do Morro dos Cavalos, até fazermos o túnel”.

Srs. deputados, não são os índios, eles concordam, é a Funai que não deixa! O que a Funai quer? Quer dinheiro? A Funai está sendo irresponsável porque são muitos os acidentes que ocorrem ali, com mortes. Já houve 110 acidentes naquele local, com oito mortes. Quem é que vai pagar a vida daquelas pessoas? Não há dinheiro que pague a vida dessas pessoas! Mas a Funai não abre mão. Ali só havia duas casas de índio. O que fizeram? Importaram índios do Paraguai, do Uruguai. Para quê? Para faturar dinheiro? E a vida das pessoas como é que fica? Eles argumentam que não podem fazer o túnel porque as mulheres dos índios, grávidas, não podem passar por ali porque podem ter problema. Aqui no Morro do Mocotó não há problemas, as mulheres podem passar embaixo porque elas são brancas. Aí não há problema.

Está no jornal que o motorista do ônibus acidentado é um herói, pois salvou várias vidas. Só que ele morreu! Um herói morto, o que vai fazer? Não adianta nada! Se não fosse o ônibus, ele levaria quantos automóveis pela frente? Quantos iriam morrer ali? Quer dizer, morreu o motorista do ônibus. Poderia ter jogado lá embaixo, não jogou, garantiu a vida dos outros que estavam atrás.

Então, é preciso que o governo deste país tenha mais força, faça valer aquilo que é um direito constitucional, faça fazer valer o direito à vida.

Na China, quando há uma obra importante, eles não perguntam quem é que está na frente, vão fazendo e pronto! Aqui no Brasil, não! Aqui, cai um pingo d'água, já não pode mais mexer. Nasce uma flor e ali não pode mais mexer. E quem é que vai recuperar uma vida? Uma vida é uma vida, não tem nada no mundo que pague isso! Não há dinheiro no mundo que pague uma vida!

Então, é preciso, sim, muito mais responsabilidade nas ações.

Ontem vi, através da imprensa, todo mundo chamando a atenção. Conquistamos a obra da serra do Faxinal há cinco anos - fizemos 8km. Aí uma procuradora da República entrou com uma ação porque a obra iria matar um casal de pererecas que estão em extinção. Hoje há milhões de pererecas lá. E aí o que aconteceu? Agora saiu a licença, só que a obra custará R\$ 27 milhões a mais. Quem é que vai pagar essa conta? O povo brasileiro!

É por isso que estamos vivendo um momento de muita reflexão. Quem paga a conta é o povo brasileiro! Agora serão R\$ 27 milhões a mais! Ela já entrou com uma ação contra o deputado Manoel Mota, não sei quem lhe enviou o meu pronunciamento. Mas estou entrando com outra ação contra ela, e ela vai ter que explicar os R\$ 27 milhões a mais, porque é a sociedade quem vai pagar essa conta!

Não precisamos ter medo de nada. Estou no sexto mandato nesta Casa e nunca tive medo de enfrentar as coisas de frente, deputado Sargento Amauri Soares! Fechamos o pedágio por cinco vezes para não deixar que roubassem o dinheiro do povo. Atualmente ele está fechado. Por quê? Porque eles não cumpriram nada. Abriram o pedágio lá sem que a estrada estivesse pronta. Levaram milhões e agora ele está fechado porque não cumpriram o que assumiram.

É preciso que haja neste país mais ação, mais decisão, senão vamos continuar

perdendo vidas! E a BR-101 é um espelho de tudo isso. São vidas e mais vidas que se perdem lá, lamentavelmente.

Eu, nos próximos dias, vou reunir-me e convido os parlamentares para participar - e provavelmente haverá uma decisão para o Morro dos Cavalos. E qual será a decisão? Nós vamos nos mobilizar, vamos parar aquele negócio e vamos decidir! Ou fazem ou não vai passar mais ninguém! Eu acho que é preciso haver coragem e decisão. E nós vamos fazer a mobilização com muita coragem, garra, determinação e responsabilidade. E com certeza, em nome do direito à vida, nós vamos tomar medidas duras, radicais e buscar uma solução para o Morro dos Cavalos.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero saudar o presidente desta Casa e os companheiros deputados.

É importante registrar, deputado Neodi Saretta e deputada Ana Paula Lima, do Partido dos Trabalhadores, a liberação de R\$ 409 milhões oriundos do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento - para pavimentações em Santa Catarina.

E aí, deputado Gelson Merisio, presidente do PSD, o Cesinha deve estar feliz da vida, pois serão R\$ 90 milhões para aplicar em recuperação de estradas na cidade de Florianópolis! Então, ao nosso amigo Cesinha, aquele abraço! Esperamos que ele aplique bem esses recursos, sempre enaltecendo o aspecto republicano da nossa presidente da República, que olha com muito carinho para Santa Catarina.

Outra coisa importante para registrar é que foi antecipado o pagamento do Bolsa Família para os municípios que foram atingidos pelas enchentes no decorrer dos últimos 60 dias.

Isso demonstra mais uma vez a preocupação em atender aquelas famílias que por um capricho do destino climático, diria, acabaram sendo afetados pelas enchentes, principalmente no alto vale, inclusive a cidade de Rio do Sul, que foi uma das mais afetadas.

Deputado Joares Ponticelli, não podemos mais deixar de tomar uma posição nesta Casa em relação ao voto secreto. O projeto de lei está na comissão de Justiça, deputado Mauro de Nadal, além do tempo regimental. Esperamos que na semana que vem cumpramos o Regimento Interno colocando-o em votação no plenário. Não é porque a comissão de Justiça do Senado está empurrando o projeto com a barriga que vamos fazer o mesmo aqui. Quem for contra, que vote contra, quem for a favor, que vote a favor.

Então, estamos aqui pedindo que se se cumpra o Regimento desta Casa e na próxima semana o Plenário decida definitivamente essa questão, porque o voto secreto é uma excrecência da democracia, é uma forma de esconder o voto, de burlar a transparência, de enganar o povo que nos elegeu.

Já encaminhamos ao presidente desta Casa a solicitação para que se cumpra o Regimento Interno, porque o deputado José Nei Ascari já deu o seu parecer favorável. Por isso quero parabenizá-lo e registrar que o processo agora está nas mãos do deputado Aldo Schneider, líder do governo.

Esperamos que na terça-feira, na reunião da comissão de Justiça, o deputado

Mauro de Nadal dê o seu parecer, para que resolvamos definitivamente essa questão em plenário.

Outra coisa que é importante registrar é que nesta Casa há cinco profissionais médicos. Anteontem, a presidente Dilma Rousseff entregou a documentação aos primeiros médicos estrangeiros, principalmente cubanos, que vieram trabalhar no país. A presidente entregou ao dr. Ramires, um médico cubano, o primeiro registro concedido pelo ministério da Saúde - anteriormente quem fazia isso era o Conselho Federal de Medicina - para clinicar no Brasil.

Na semana passada, um programa na televisão fez uma avaliação da atuação dos médicos estrangeiros que estão trabalhando no Brasil: há portugueses e argentinos fazendo um belo trabalho numa favela no interior da Bahia. Pôde-se mesmo perceber que o maior sectarismo, o maior preconceito é com relação aos médicos cubanos.

Mais uma vez quero aqui reafirmar que por mais dificuldades que se tenha nas condições de trabalho, um médico bem formado, com boa percepção de medicina de família, pode salvar a vida de muita gente sem precisar de um ambulatório médico. Ele, com um bom estetoscópio e uma boa capacidade de diagnóstico, pode salvar muitas vidas, seja encaminhando os casos mais graves para os serviços mais próximos, mas principalmente fazendo uma medicina preventiva efetiva, com um programa de educação para a saúde. E nisso não há ninguém melhor do que os cubanos, haja vista que a mortalidade infantil em Cuba é menor do que a dos Estados Unidos e ¼ da mortalidade brasileira para mil nascidos vivos. A expectativa de vida do povo cubano é de seis anos a mais do que a brasileira. Os programas de prevenção de câncer em Cuba são infinitamente melhores que os nossos; os de vacinação também. Os programas de neonatologia, de pré-natal, são infinitamente superiores aos nossos.

Por isso a presidente Dilma pediu desculpas àquele médico que, quando chegou ao Brasil, foi recebido com vaias e chamado de escravo pelos médicos de Pernambuco. No Rio Grande do Norte chegaram a dizer que as médicas cubanas pareciam empregadas domésticas.

Quero dizer, entretanto, que, como médico, defendo a carreira de estado, só que não dá para fazer isso do dia para a noite. Você tem que consolidar esse programa nacional com previsão orçamentária e tudo mais.

Se o senador Aécio Neves defende a carreira de estado, por que em Minas Gerais o seu governador não implanta esse modelo? Por que em São Paulo o governador Geraldo Alckmin não implementa esse tipo de carreira para os médicos?

Você pode fazer uma carreira de estado, não precisa ser uma carreira do estado brasileiro. Os governadores podem implementá-la em suas unidades da federação! Por que em Santa Catarina o governador Raimundo Colombo não implanta a carreira de estado?

Eu defendo a carreira de estado para o médico numa lógica de que primeiro precisamos constituir a concepção de medicina que se quer neste país, para depois consolidar novos enfoques para as universidades públicas atenderem à sociedade brasileira. A partir daí, sim, poderemos começar a construir uma carreira de estado com uma nova concepção de formação profissional, inclusive nas escolas brasileiras. E agora, felizmente, com os

royalties do pré-sal, mais investimentos em educação e saúde virão e com isso poderemos pensar num processo mais amplo do ponto de vista de uma carreira de estado para os profissionais de saúde como um todo e não apenas para os médicos.

É verdade que faltam médicos no Brasil, e não adianta dizer que não faltam, porque faltam. A Organização Mundial de Saúde define que para instituir programas preventivos com ações junto às famílias é preciso ter, no mínimo, 2,3 médicos para cada mil habitantes. O Brasil tem 1,8 médicos por cada mil habitantes, sendo que estão concentrados principalmente no litoral e nas grandes cidades.

Por isso, quero cumprimentar a nossa presidenta Dilma, que em breve estará em Santa Catarina para assinar a ordem de serviço de uma série de obras, inclusive a das barragens de contenção das cheias que afetam principalmente a nossa região e a querida cidade de Blumenau.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Concedo a palavra, por até dez minutos, ao sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada e aqueles que nos acompanham nesta sessão de quinta-feira.

Quero somar-me em parte ao discurso do deputado Jailson Lima, quando s.exa. ressaltou a firmeza da iniciativa da presidenta Dilma Rousseff na questão do programa Mais Médicos, especialmente quanto à vinda dos médicos estrangeiros.

Repito aqui o que já disse no passado, que aqueles que estão à frente das manifestações contrárias ao programa Mais Médicos deveriam fazer uma profunda autocritica e pedir desculpas à sociedade brasileira, porque, historicamente, muitos dos influentes no poder político em nosso país e nos estados não fizeram o suficiente e muitas vezes trabalharam contra a necessidade da população brasileira em termos de saúde, deputado Jailson Lima.

Então, somo-me a v.exa. neste aspecto de ressaltar o programa Mais Médicos e a firmeza da Presidência da República nesse sentido. Pois aqueles que são contra, reafirmo, deveriam pedir desculpas pelo que não fizeram ao longo da história. Eles têm uma concepção elitista, que trata a medicina como mais uma forma de enriquecimento, lógica que por si só não permite, evidentemente, resolver os principais problemas de saúde em qualquer sociedade. Já em Cuba não subsiste essa lógica monetarista e não existe a cobrança de nenhum serviço, de nenhum medicamento na sociedade cubana. É por isto que lá as coisas funcionam, é por isto que lá todas as pessoas são atendidas com dignidade, posto que a medicina tem um conceito humanitário e não meramente monetarista e de lucro.

É preciso que a presidenta Dilma Rousseff avance nesse sentido, inclusive debatendo a questão da indústria farmacêutica que, em nosso modo de ver, precisa ser nacionalizada e tornada pública, para que também deixemos de ser reféns. Hoje, a indústria farmacêutica nos impõe a lógica de formação médica baseada apenas em equipamentos e em exames. Essa tem sido a lógica que tem norteado as universidades e as

faculdades de Medicina. E digo isso com todo o respeito a todos os médicos e academias de Medicina pelo trabalho que desenvolvem.

Quero manifestar, ao mesmo tempo, que discordo de parte de seu discurso, porque sou contra o poder do estado, contra a carreira de estado para os médicos, assim como fui contra a dos oficiais de polícia, dos bombeiros e dos delegados de polícia. Por quê? Porque se está construindo uma nova nobreza neste país, país que, na verdade, nunca chegou a ser uma república. Refiro-me à casta de funcionários, de categorias, de segmentos, que se consideram acima dos simples mortais, o que, na minha avaliação, não é correto.

Mas critiquei aqui a presidenta Dilma Rousseff na terça-feira por conta do leilão do campo de Libra do pré-sal. Deixei de dizer que lamentei, que fiquei entristecido com o uso das forças armadas - Exército Brasileiro e Marinha do Brasil - para impedir que os manifestantes chegassem perto do local onde estava sendo vendido um pedaço do Brasil. Devo dizer, inclusive, que o Exército Brasileiro deu o seu grito de dependência ou morte em 1964. Não foi de independência o grito, foi de dependência. Então, é evidente que esse Exército se prestou a defender a venda de mais um pedaço do patrimônio nacional. O que me entristece é ver que recebeu a ordem justamente da presidenta Dilma Rousseff, pois há dez ou 15 anos qualquer um de nós apostaria que isso nunca aconteceria.

Mas quero falar também, srs. deputados, da Medida Provisória n. 0192/2012, que foi aprovada na semana passada nesta Casa sob vaias de uma centena de trabalhadores, pois institui uma situação de injustiça dentro da saúde pública do estado, uma vez que trata os médicos de forma diferente do que os demais servidores da saúde: enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas e técnicos de enfermagem, como se pudéssemos fazer saúde apenas com o médico, sem as demais questões e dinâmicas.

Tenho acompanhado as declarações dos governantes dizendo que vão construir um hospital em Palhoça e que o hospital de Biguaçu já está quase pronto. Entretanto, há centenas de leitos fechados nos hospitais já existentes na Grande Florianópolis por falta de funcionários, por má condição da estrutura física. Aliás, o Hospital Florianópolis está em reforma há quatro anos e só vai funcionar quando puder ser vendido.

A Medida Provisória n. 0192/2013 discrimina os servidores da mesma secretaria de estado, o que já é um problema grave, mas, além disso, institui uma lógica perigosa na saúde pública, a lógica produtivista, que se rege pela quantidade de procedimentos realizados. Para que um médico ou um gestor ganhar possam ganhar bem terão que instituir uma determinada quantidade de procedimentos. Se o procedimento efetivamente existiu, isso é outro detalhe.

Já citei aqui o fato de um cidadão catarinense que foi atendido seis vezes na emergência do Hospital Regional de São José, que fica a 15km desta Casa, no mesmo dia! Cada médico que passou no plantão de 24 horas fez de conta que o atendeu de novo. Isso não aconteceu por acidente. O mentor intelectual da MP n. 0192 sugeriu dessa forma.

Então, essa medida provisória é muito ruim, é produtivista. Além do que, não há estrutura física, os leitos estão fechados, as pessoas estão amontoadas. Está-se cortando, costurando e mandando embora. O resultado é

que os cortes das cirurgias estão-se abrindo antes mesmo que os pacientes cheguem em casa. É preciso pensar na qualidade e no respeito aos pacientes e servidores.

Quero comentar ainda acerca do ato realizado ontem à noite, no Hospital Florianópolis, na área continental da capital, contra a privatização daquela instituição de saúde, porque o governo do estado decidiu entregá-la para uma empresa privada administrar com dinheiro público, evidentemente. O representante dessa organização social esteve na tribuna e afirmou que eles eram uma empresa, a Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, que já administrava o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu - e o hospital de Araranguá.

Chamamos de novo todos os vereadores de Araranguá, de todos os partidos, sem exceção, e perguntamos a eles como funcionava o hospital do município, como a população de Araranguá estava sendo tratada pela SPDM. O que eles disseram? Vieram aqui pedir que a Assembleia Legislativa os socorresse dessa empresa. Contudo, o governo do estado quer entregar o Hospital Florianópolis justamente para a SPDM.

O governador do estado precisa refletir a respeito disso e mudar de rumo. E todos nós precisamos refletir sobre outra questão, que é a Lei Federal n. 101, porque o argumento de entregar pedaços de setores do estado para a iniciativa privada se baseia na proibição justamente da Lei de Responsabilidade Fiscal de contratar mais servidores públicos. Essa lei, que impede que o estado administre o serviço público, permite que se use o dinheiro público para que um grupo privado faça um terço ou menos do serviço que seria realizado pelo setor público.

Essa questão de fazer menos com a mesma quantidade de dinheiro nós vamos provar - outro dia falarei a respeito disso -, trazendo dados e números da licitação do governo, que diz que irão ganhar mais dinheiro para fazer menos para a sociedade catarinense.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaria de registrar, com satisfação, a visita da delegação da Associação de Basquete de Luzerna, Joaçaba e Herval d'Oeste, que está aqui para as finais do Campeonato Estadual de Basquete Sub-17.

Estão presentes a presidente Nívea e os seguintes atletas: Alan, Arthur, Gabriel, Jackson, Jeferson, Vitor, Wilson, Wilson Bruno, Wilson Júnior. Também acompanham a delegação a Maria Clara, a Marina Moreira e o assessor Jair, que também faz parte da associação.

Sejam bem-vindos ao Parlamento! Desejo-lhes sorte nas finais do campeonato que acontecerá em Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Quero aproveitar para registrar a presença do prefeito Rodrigo Preis, de Rio do Campo, onde tivemos uma audiência pública da comissão de Justiça, na semana passada, para tratar da continuidade do projeto que liga Santa Terezinha a Itaiópolis. O prefeito de Santa Terezinha, Valdecir Ferenss, e o prefeito

Rodrigo Preis foram os grandes protagonistas dos encaminhamentos.

Por isso, seja bem-vindo, Rodrigo, como também o vereador Nazareno Corrêa, do PT de Capivari de Baixo.

O Sr. Deputado Altair Silva - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Altair Silva.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Sr. presidente, quero registrar a presença do prefeito de Cordilheira Alta, Vilson Maggioni, nesta sessão. Seja bem-vindo, prefeito!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Seja bem-vindo, sr. prefeito!

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Altair Silva.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Sr. presidente e srs. deputados, quero cumprimentar os telespectadores da TV Assembleia Legislativa e aproveitar esta manhã para dizer que o município de Chapecó, cidade pela qual fui adotado aos 19 anos, muito tem crescido, tanto econômica como em termos de população, transformando-se num polo universitário, em referência no agronegócio e numa capital de eventos, onde muitas feiras são realizadas.

O grande oeste nasceu com a ida dos imigrantes para a região entre 1917 e 1920. Chegaram pessoas Vieram imigrantes do Rio Grande do Sul para realizar os seus sonhos e construir seus projetos. Posso citar alguns, entre eles Auri Bodanese, Atílio Fontana, Plínio de Nês e Saul Brandalise, que foram os grandes precursores do agronegócio de Santa Catarina, montando uma indústria que hoje é referência nacional. Esse foi um projeto que realmente revolucionou a economia de Santa Catarina.

Foram fundadas em Chapecó muitas entidades da sociedade civil, como a Associação Comercial e Industrial de Chapecó e a Sociedade Amigos de Chapecó, que trabalharam muito em grandes projetos voltados para o desenvolvimento da cidade. Segundo depoimento do grande líder empresarial Antônio Rebelatto, a BR-282 foi a obra mais sonhada, porque se acreditava que quando estivesse completamente concluída, aí, sim, teríamos uma ligação efetiva com os demais polos econômicos do estado e do país, com os portos, ou seja, teríamos a solução para a logística do grande oeste.

Passaram-se os anos, a economia cresceu, os empreendimentos se multiplicaram, a produção também e hoje a duplicação da BR-282 é uma demanda urgente não somente em termos econômicos, mas humanos, porque essa estrada é a nova BR-101 de poucos anos atrás. O tráfego, o movimento do transporte de cargas na direção do porto de Itajaí é uma constante, principalmente o transporte de suínos, de aves, de ração, de contêineres. É um desafio muito grande, porque atualmente a BR-282 ceifa vida diariamente.

Então, fazemos um apelo aos governos estadual e federal em prol de todos os municípios do grande oeste, para que tenhamos o nosso segundo sonho realizado, a duplicação da BR-282. Isso sem esquecer as ferrovias, sonho antigo dos oestinos.

Há poucos dias a senadora Kátia Abreu esteve em Chapecó fazendo uma palestra na Faesc, da qual participei representando a Assembleia Legislativa.

Na sua apresentação acerca dos projetos das ferrovias nacionais, fiquei muito triste porque descobri que ainda estamos na fase da ideia. O projeto ainda não está pronto. Então, estamos muito atrás de regiões que foram, inclusive, colonizadas pelo povo do sul - Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A cidade de Rondonópolis já possui uma ligação ferroviária até o porto de Santos. Evidentemente que isso faz com que a economia daquela região dê um grande salto.

Por isso, precisamos que o grande oeste de Santa Catarina, além da duplicação da BR-282, tenha a Ferrovia da Integração, que depois poderá transformar-se na Ferrovia Bioceânica. Mas precisamos também da Ferrovia do Milho para levar àquela região de Santa Catarina e ao noroeste do Rio Grande do Sul o insumo necessário ao agronegócio.

O centro-oeste é o responsável pela maior produção de milho do país e nós, do sul, somos o maior consumidor. Santa Catarina importa de outros estados mais de 60% da sua necessidade de milho. Portanto, a ferrovia que liga o centro-oeste ao oeste de Santa Catarina e ao noroeste do Rio Grande do Sul também é um grande desafio a vencer!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alecs Digital, a minha fala no dia hoje, sr. presidente, dentro do horário do nosso partido, destina-se a destacar um grande evento ocorrido na última segunda-feira, 21 de outubro: a realização, pelo governo brasileiro, do primeiro leilão sob o regime de partilha da era do petróleo do pré-sal.

(Passa a ler.)

"O pré-sal é uma riqueza extraordinária, descoberta durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que elevará o Brasil à condição de um dos maiores produtores de petróleo do mundo. Os recursos advindos dessa riqueza serão investidos na educação e na saúde, conforme aprovado pelo Congresso Nacional.

O primeiro grande campo de petróleo das reservas recém-descobertas do pré-sal brasileiro tem o nome de Libra, o signo do zodíaco representado por uma balança, símbolo universal da justiça e do equilíbrio.

Nós ouvimos muitas informações equivocadas na imprensa nacional sobre o leilão de Libra, críticas de que a nova legislação brasileira elaborada durante o governo Lula é muito estatista, afastando as grandes empresas petrolíferas, especialmente as americanas, de investimentos no Brasil.

Mas quero dizer, srs. parlamentares e público catarinense, que este é realmente o ponto central desse debate: o presidente Lula e a então ministra de Minas e Energia, depois chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, hoje presidenta da República, construíram um marco regulatório para proteger essa riqueza nacional: o regime de partilha, que substituiu o regime de concessão da era Fernando Henrique Cardoso.

Para nós, do PT, a crítica da imprensa é, na verdade, o grande valor da legislação brasileira que garante essa riqueza para os brasileiros e para as brasileiras.

Mas vamos ao que interessa: quanto o Brasil vai ganhar com a exploração e venda do petróleo do campo de Libra? Essa é a resposta que todos querem receber.

Segundo o ministério de Minas e Energia, o Brasil ficará com 85% de toda a renda gerada, sendo que 75% na forma de impostos, *royalties* e óleo-governo, e mais 10% via Petrobras. O custo para explorar o campo de Libra, segundo dados oficiais, deve ficar em mais de R\$ 400 bilhões. Por isso a necessidade de investimentos internacionais, que no caso de Libra virão da China e de empresas europeias, que ficarão com 15% das riquezas desse campo. O Brasil não tinha condições, neste momento, de fazer um investimento desse porte para explorar essa riqueza que é nossa.

Libra vai gerar milhões de empregos, injetar bilhões de dólares em nossa economia e fazer-nos dar um salto tecnológico. Se somarmos esses ganhos ao dinheiro que será investido em educação e saúde, não há como deixar de ver o leilão de Libra como um marco importante na história econômica do país.

Hoje o Brasil produz 2,1 milhões de barris de petróleo por dia. O campo de Libra vai alcançar, no seu pico de produção, 1,4 milhão de barris de óleo/dia. Ou seja, daqui a uma década, Libra pode representar, sozinha, 67% de toda produção atual de petróleo do Brasil.

Em pronunciamento em rede nacional, depois do leilão, a presidenta Dilma Rousseff fustigou, com números, o pessimismo vaporizado em torno do pré-sal. 'Libra dará ao estado brasileiro mais de R\$ 1 trilhão', disse a presidenta, e lembrou que a maior parte dessa riqueza tem destino certo: todo o dinheiro dos *royalties* e metade do excedente em óleo, no valor de R\$ 736 bilhões, serão investidos 75% em educação e 25% em saúde', reiterou Dilma Rousseff.

Mas não param por aí os benefícios sociais diretos de Libra, porque o restante dos rendimentos do Fundo Social, no valor de R\$ 368 bilhões, será aplicado, obrigatoriamente, no combate à pobreza e em projetos de desenvolvimento da cultura, esporte, ciência e tecnologia, meio ambiente e mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Bastaria a aplicação correta desses recursos para Libra produzir, nos próximos anos, uma pequena revolução benéfica e transformadora em nosso país. Mas há ainda muitos outros benefícios que esse mega campo irá trazer. A política que traçamos exige que as plataformas para a produção de petróleo do pré-sal tenham elevado conteúdo de fabricação nacional.

Disse ainda a nossa presidenta Dilma Rousseff: 'Por tudo isso, o leilão de Libra representa um marco na história do Brasil. Seu sucesso vai repetir-se, com certeza, nas futuras licitações do pré-sal. Começamos a transformar uma riqueza finita, que é o petróleo, em um tesouro indestrutível, que é a educação de alta qualidade. Estamos transformando o pré-sal em nosso passaporte para uma sociedade futura mais justa e com melhor distribuição de renda. A batida do martelo do leilão de Libra hoje foi também a batida na porta de um grande futuro que se abre para nós, para nossos filhos e para nossos netos'.

Por isso, sr. presidente, creio que o Brasil está no rumo certo. As críticas da grande mídia nacional provam que o governo da nossa presidenta está agindo corretamente. Falo isso porque grande parte dessa mesma mídia continua a servir aos interesses do grande

capital norte-americano. E o Brasil, com o campo de Libra do pré-sal, assinala uma nova geopolítica internacional, que trará um novo equilíbrio entre as nações. O Brasil constrói seu próprio caminho de desenvolvimento com soberania."

Por isso, srs. deputados e povo catarinense, temos muito a aplaudir, temos muito a festejar. O leilão de Libra foi um passo importante na direção de mais transformações em nosso país.

Sr. presidente, era isso o que eu tinha a relatar no horário destinado ao nosso partido, o Partido dos Trabalhadores.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0182/2013 e que a mesma terá seu encaminhamento conforme o Regimento Interno.

A comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0241/2013; 0471/2013; 0541/2013; 0615/2013 e 0679/2013, todos de entidades encaminhando documentação para manutenção de título de utilidade pública.

Esta Presidência comunica ainda que, conforme acordo com o deputado Mauro de Nadal, presidente da comissão de Constituição e Justiça, e após conversas com os deputados Manoel Mota, Aldo Schneider e Jailson Lima, estamos comunicando que na próxima terça-feira, na comissão de Constituição e Justiça, será feita a deliberação sobre a PEC do voto secreto e na quarta-feira a matéria será deliberada no plenário.

Portanto, terça-feira próxima, na comissão de Constituição e Justiça, e quarta-feira próxima, no plenário, vamos deliberar definitivamente sobre a questão, atendendo também à solicitação feita pelo deputado Jailson Lima e por outros parlamentares que integram esta Casa.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o sr. deputado Sandro Silva, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, público presente na sessão, primeiramente quero parabenizar o presidente desta Casa e a Mesa Diretora pela homenagem prestada aos constituintes estaduais catarinenses em belíssima sessão especial.

Madre Tereza de Calcutá falava que as pessoas têm mais fome de reconhecimento do que de pão. E foi o que pudemos ver ontem, quando 49 deputados constituintes estiveram aqui. Seus semblantes transmitiam a felicidade que sentiam pelo reencontro, pois conseguiram rememorar histórias daquele tempo que, com certeza, foi um marco na redemocratização do nosso país.

Quero dizer também que esta Casa encaminhou para a Celesc, através de uma indicação de minha autoria, solicitação para implantação, como já faz o estado de São Paulo e alguns outros estados, do programa Recicle Mais e Gaste Menos.

Esse programa diz respeito a uma campanha de reciclagem através do qual a Eletropaulo monta postos de coleta por todo o

estado e as pessoas pegam materiais recicláveis, garrafas pet, latinhas de alumínio e levam-nos até esse posto de coleta. Lá elas pesam, há um valor já estipulado para cada material, e a partir do momento em que fazem essa pesagem ganham um bônus referente ao valor daquilo que entregaram. Eles vão juntando aqueles bônus e no final do mês estão com um determinado valor acumulado.

Numa reportagem a que assisti na televisão uma senhora de baixa renda conseguiu, através desse programa de reciclagem promovido pela Eletropaulo, zerar a sua conta de energia, conseguiu zerar a conta de energia da sua filha e conseguiu também zerar a conta de energia da sua irmã. Ela conseguiu isso apenas fazendo esse processo de levar até os postos de coleta materiais recicláveis. Em função disso, a conta dessa senhora, que chegava a R\$ 150,00, passou a ser zero.

Este programa de reciclagem também atinge entidades como hospitais e escolas, que fazem programas permanentes de reciclagem, o que possibilita um abatimento na sua fatura de energia elétrica.

Sr. presidente, quero falar também que às vezes é necessário ao gestor público um tanto de sensibilidade. Falo isso porque estou há mais de um ano solicitando à Casan a transferência de um funcionário daquela empresa novamente para o município de Garuva. Ele mora em Joinville e trabalhava antes em Garuva e foi transferido para Ascurra, a mais de 200km de sua casa.

Não estamos pedindo essa transferência por acaso. Ele é um pai de família, tem seis filhos, sendo um, de 22 anos, especial. A família já sofreu por causa de vários episódios de fuga desse jovem, e o pai já não sabe mais o que fazer. Esse garoto só respeita a presença do pai em casa; com a mãe ele acaba fugindo, ficando várias noites fora de casa, o que acarreta uma preocupação e um transtorno tremendo à família.

Então, se possível, gostaria de solicitar ao presidente da Casan que atendesse ao nosso pedido, como também pedimos aos gestores públicos sensibilidade com relação a esse pedido. Não é uma transferência por transferência, é uma transferência para que a família possa cuidar desse jovem especial, dar-lhe mais atenção.

A única solução que a família encontrou é a transferência desse funcionário da Casan, pai de família, para perto de sua casa, para poder estar presente e dar atenção ao seu filho especial e ao resto da família.

Era isso o que eu queria dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Sandro Silva.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, uso a tribuna neste horário para simplesmente trazer algumas informações que orgulham Santa Catarina. E com muito orgulho, como vice-presidente da Frencoop, quero deixar registrada nesta Casa a evolução do cooperativismo em Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"O cooperativismo catarinense, estruturado no campo e na cidade, continua em ascensão. Em 2012, as 263 associadas

da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina expandiram em 12,72% as receitas totais, que atingiram R\$ 17,337 bilhões. Foi o quarto ano consecutivo de crescimento, após a crise financeira internacional de 2008/2009 que atingiu todos os continentes.

O quadro social teve uma expansão de 16,29%, alcançando 1,464 milhão de pessoas. Consideradas as famílias cooperadas, isso significa que metade da população estadual está vinculada ao cooperativismo barriga-verde.

Ao apresentar esses números, o presidente da Ocesc, Marcos Antônio Zordan, destacou que em 2012 o setor voltou a investir na base produtiva, na diversificação de produtos e serviços e na qualificação de funcionários, dirigentes e associados.

O quadro geral do desempenho das cooperativas revela que, em 2012, o número total de empregados aumentou 11,72%, passando a 42.634 colaboradores. As cooperativas pagaram R\$ 1,030 bilhão em impostos (aumento de 25,91%) e fecharam o exercício com um patrimônio líquido 14,99% maior, ou seja, R\$ 5,534 bilhões.

As cooperativas dos ramos agropecuário, de saúde, de crédito, de consumo, de infraestrutura e de transporte registraram o movimento econômico mais expressivo.

As 54 cooperativas agropecuárias representam 65% do movimento econômico de todo o sistema cooperativista catarinense. No conjunto, essas cooperativas mantêm um quadro social de 65.883 cooperados e um quadro funcional de 27.370 empregados. O faturamento anual do ramo agropecuário totalizou R\$ 11,193 bilhões.

O ramo de saúde, com 31 cooperativas e 11.607 associados, faturou R\$ 2,334 bilhões. O ramo de crédito, formado por 71 cooperativas que reúnem 869.830 associados, teve movimento de R\$ 1,678 bilhão.

O ramo de transporte, formado por 25 cooperativas, teve R\$ 1,093 bilhão de movimento, beneficiando 13.565 cooperados. No ramo de infraestrutura atuam 33 cooperativas de eletrificação rural, com 283.883 associados. Em 2012, essas cooperativas faturaram R\$ 460,6 milhões.

As 11 sociedades cooperativas que atuam no ramo de consumo, com 207.510 associados, faturaram R\$ 538,7 milhões no ano passado.

O ramo de trabalho, produção, habitacional, mineração, educacional, mesmo com menor expressão econômica, são instrumentos para a promoção de renda às pessoas físicas, que organizadas na forma de cooperativas prestam serviços especializados aos mais diversos segmentos da sociedade. São 38 cooperativas, formadas por 12.150 cooperados que, em 2012, geraram R\$ 37,7 milhões em receitas.

O resumo das cooperativas em Santa Catarina é o seguinte:

- número de cooperativas em Santa Catarina: 263;
- número de associados (cooperados): 1.464.428;
- número de empregados diretos das cooperativas: 42.634;
- número de tributos pagos pelas cooperativas: R\$ 1.030.181.000,00;
- receitas totais anuais: R\$ 17.337.344.000,00;

- sobras do ano (lucro): R\$ 854.682.000,00;

- patrimônio líquido: R\$ 5.534.122.000,00;

- investimentos do SESCOOP/SC em formação de profissional de dirigentes, cooperados e colaboradores, programas educacionais, capacitações, treinamentos, monitoramento das cooperativas e outras ações: R\$ 12.860.140,00;

o número de pessoas treinadas pelo SESCOOP/SC em 2012: 97.492."

Srs. deputados, está acontecendo neste momento um evento fantástico, no qual estão reunidas 700 mulheres cooperadas ou que fazem parte de cooperativas, no Oceania Convention Center, nos Ingleses, onde passarão o dia de hoje e de amanhã recebendo treinamento e ouvindo palestras de motivação.

Trata-se do 11º Encontro das Mulheres Cooperativadas, do qual participam também alguns presidentes de cooperativas de todos os setores de produção e de serviços, prestando uma homenagem às participantes.

Uma coisa muito importante que observamos, sr. presidente e srs. deputados, é a pontualidade. As mulheres são pontuais. O início do evento foi marcado para as 8h. Pois exatamente no horário estavam todas acomodadas na plateia e dentro do prazo regimental foi dado início à solenidade às 8h15.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Muito obrigado, Reno Caramori.

Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, que bem mostra a força do cooperativismo e sua importância para a economia de Santa Catarina. O cooperativismo catarinense dá um bom exemplo para o Brasil e até para o mundo.

Hoje o cooperativismo se expandiu para a área de serviços, para a área financeira, e movimentou alguns bilhões de reais por ano em Santa Catarina. Assim, as nossas cooperativas merecem, obviamente, um olhar diferenciado na hora da implementação de políticas públicas, porque a verdadeira revolução social quem está fazendo em Santa Catarina é o cooperativismo.

Quero ainda, deputado, referendar a importância do papel da mulher no cooperativismo. Esse encontro que está acontecendo em Florianópolis é fantástico, já que se destina a capacitar as mulheres, a prepará-las para ocupar o seu espaço no cooperativismo, que sempre foi importante.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Isso é importante porque o setor, há exatamente 25 anos, permitiu uma mudança no Regimento Interno da OCB para que a mulher pudesse também ser titular do cooperativismo e não simplesmente coadjuvante do marido. Hoje a mulher, a filha, o filho têm o direito de participar da cooperativa, seja como sócios, seja como titulares.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o próximo orador

inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, Considerando a excepcionalidade do caso, a aprovação do número bem maior do que aquele previsto no edital do concurso, a não aprovação de candidatos do sexo masculino no número previsto, deputado Reno Caramori, o governador buscou um parecer da Procuradoria-Geral do Estado para que as 211 policiais aprovadas no concurso sejam convocadas, mesmo porque elas teriam precedência sobre as aprovadas em futuros concursos.

Então, o governador Raimundo Colombo, que tem uma preocupação muito grande com as questões referentes à Saúde, à Educação e à Segurança Pública, determinou estudos nesse sentido e ontem foi anunciada no gabinete do secretário Serpa a resposta positiva, o que é muito bom para Santa Catarina e para a Segurança Pública.

Conversava agora com o deputado Sargento Amauri Soares sobre a importância da participação da mulher na de Segurança Pública, desde a questão administrativa até as questões operacionais. Existem equipes de rua formadas por três e até cinco policiais. É importante que no mínimo uma ou duas policiais participem dessas equipes, até porque nas questões de abordagem é necessária uma mulher, e normalmente há necessidade de alguma operação também tratar desses assuntos com mulheres. A legislação já determina que as buscas em mulheres sejam feitas por policiais mulheres.

Foi uma reunião muito positiva, muito importante. Ficamos contentes com a solução encontrada pelo governo para essa questão. Também estive conversando com o secretário Antônio Gavazzoni e soube que já existe um processo de encaminhamento da questão de todos os setores da Segurança Pública do estado de Santa Catarina.

Preocupa-me muito a questão da Polícia Civil. Os delegados já receberam uma proposta, analisaram, fizeram assembleias e aceitaram. A mesma aceitação parece-me já ter ocorrido com os oficiais, com os cabos, soldados e sargentos da Polícia Militar e com o IGP, enfim, com todas as categorias da Segurança Pública. Contudo, ainda resta a questão dos policiais civis.

Infelizmente, parece-me que a possibilidade de negociação, pelo menos neste momento, está interrompida entre o Sindicato dos Policiais Civis e o governo do estado. Mas não podemos deixar essa categoria, que é a minha categoria, sem uma resposta e desamparada na questão salarial. Ou chegamos a um acordo na proposta do governo ou os policiais vão ficar com a reposição anual estabelecida pela lei. De qualquer forma, queremos a conciliação.

Ontem conversei com as pessoas do governo que estão trabalhando nessa questão, pois temos que encontrar uma saída. Todos os

dias recebo telefonemas e e-mails de policiais pedindo que se encontre uma solução, até porque, deputado Reno Caramori, o ganho é razoável. Não é tudo aquilo que o policial quer, mas o governo do estado, pela projeção, pelo que foi apresentando aos policiais em fase de aposentadoria, aos aposentados e até aos novos, fez uma tabela segundo a qual o salário chega quase a dobrar.

Então, diante das dificuldades econômicas do país, diante da média salarial, mesmo sabendo da prioridade que os profissionais da Segurança Pública devem ter, entendemos que a proposta é boa.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Ouço o nobre deputado Reno Caramori.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Maurício Eskudlark v.exa. tem toda razão. É respeitável a sua experiência na área da segurança pública e realmente a tabela progressiva vai avançar muito no atual governo. A intenção é boa e a arrecadação está melhorando.

Mas quero fazer um pequeno parêntese e dizer que eu e o saudoso governador Wilson Kleinübing discutíamos muito a questão da segurança e, na época, eu lhe mostrei, em Caçador, um grupo de policiais e familiares e ressaltai a importância da participação da mulher na Polícia Militar.

Tinha que haver um percentual maior de mulheres dentro dos quadros da PM em Santa Catarina. Elas podem atuar nas mais diversas atividades, não só pegar bandidos, pois há outras tarefas dentro da Polícia que a mulher também pode desenvolver.

Por isso, parabéns pelo seu pronunciamento. O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sabemos do empenho de v.exa. nessas questões, deputado Reno Caramori.

Então, vejo que podemos avançar, esclarecer, verificar, apresentar e deixar a decisão aos policiais. Ninguém quer sobrepor-se ao Sinpol, mas queremos ajudar a encontrar um denominador comum, porque os policiais civis estão muito preocupados.

Para finalizar, quero registrar a presença dos alunos da Unoesc - Universidade do Oeste do Estado de Santa Catarina -, do campus de São Miguel d'Oeste, que hoje estiveram nesta Casa acompanhando o debate dos deputados. Eles até me perguntaram, em dado momento, por que havia tão poucos parlamentares em plenário, e eu lhes expliquei que os grandes embates ocorrem nas comissões e que depois as matérias vêm para a Ordem do Dia, quando é imprescindível a presença de todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para amanhã, às 19h, em homenagem ao Dia do Cirurgião-Dentista.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 037ª SESSÃO ESPECIAL

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 2013 EM HOMENAGEM AO DIA DO CIRURGIÃO-DENTISTA

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dado Cherem) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido as autoridades a seguir nominadas para comporem a mesa.

Senhor presidente do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina, Élito Araújo;

Senhor conselheiro suplente do Conselho Federal de Odontologia, Murilo Rosa;

Senhor presidente da Academia Catarinense de Odontologia, Saulo Rogério Stefen de Albuquerque;

Senhor presidente da Associação Brasileira de Odontologia, seção de Florianópolis - ABO/SC -, Murilo Ferreira Lima;

Senhor chefe do Departamento de Odontologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Ricardo de Souza Vieira;

Senhor presidente da Associação Brasileira de Cirurgiões-Dentistas da Região de Florianópolis e vice-presidente da ABCD Nacional, Cláudio Barbosa Fontes;

Senhora coordenadora de Saúde Bucal, Marynês Terezinha Reibnitz, neste ato representando o secretário de Saúde do município de Florianópolis, Carlos Daniel Moutinho Júnior;

Faço aqui uma deferência e convido o cirurgião-dentista e deputado estadual no período de 2007 a 2011, Dagomar Carneiro, para também compor a mesa.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão em homenagem ao Dia do Cirurgião-Dentista foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais deputados.

Neste momento teremos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Neste momento faço uso da palavra na qualidade de autor do requerimento que ensejou a presente sessão especial.

Quero, em nome do meu ex-coordenador de Saúde Bucal da secretaria, professor João Caetano, e da minha colega de faculdade, Sandra Lunardelli, saudar os demais colegas dentistas aqui presentes.

Quero dividir minha alegria com o colega Dagomar Carneiro, que participou muitas vezes desta sessão especial.

Neste momento vem-me à mente imagens do passado e do presente, na certeza de que o futuro da Odontologia está nas mãos de vocês, que estão fazendo uma verdadeira revolução na saúde bucal.

À época em que fui secretário de estado da Saúde, com a colaboração do dr. João Caetano e com o Cláudio, procedemos, dentro do serviço público, à interiorização das especialidades, fato muito importante, além de implantar novos projetos de saúde bucal com equipes do PSF.

É dessa maneira que entendemos a Odontologia de hoje, ou seja, os avanços da tecnologia têm que estar ao alcance de todos,

principalmente daquela população mais carente, que mais precisa, aquela população que não tem acesso a uma boa saúde bucal.

Esteve, está e estará, com certeza, não mãos de todos vocês esse processo que já começou e que, tomara Deus, sempre esteja presente na mente dos administradores públicos.

Esta Presidência agradece e registra a presença das seguintes personalidades:

Senhor Ricardo Susin Schelbauer, presidente da Associação Brasileira de Odontologia do município de Mafra;

Senhor Marcos Otílio Duarte Rodrigues, secretário de Saúde do município de Balneário Camboriú;

Senhor Jair Giraldi, secretário de Saúde do município de Porto União;

Senhor Mário César da Silva, vice-presidente do Sindicato dos Odontologistas de Santa Catarina, neste ato representando o presidente, senhor Dilson Correa Reis;

Senhor Alceu Luis Martins Júnior, delegado do Conselho Regional de Odontologia do município de Lages;

Senhor Fernando Pinter, neste ato representando o chefe do Serviço de Bucomaxilofacial do Hospital Infantil Joana de Gusmão, senhor Levi Rau;

Senhor capitão Calandrini, neste ato representando o diretor do Hospital de Guarnição de Florianópolis, coronel João Luiz Ricetti Margarido;

Senhora Karen Régis Bueno, presidente da Comissão de Ética do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina;

Senhor Patrik Palhano, da Associação Brasileira de Cirurgiões-Dentistas - ABCD/SC;

Senhor Dalton Nercolini, conselheiro do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina;

Senhor João Jorge dos Passos Correa Cobra, conselheiro - Segmento Profissionais da Academia Catarinense de Odontologia do Conselho Estadual de Saúde;

Senhor jornalista Celso Nunes Moura, colunista da RedeComSC, da *Folha de Chapecó* e do *Diário do Iguçu*.

Convido a mestre-de-cerimônias Soraia Boabaid para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Neste momento, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem à Associação Brasileira de Odontologia de Mafra, na passagem do Dia do Cirurgião-Dentista, pelo desempenho na defesa do trabalho ético e responsável dos profissionais que exercem legalmente a Odontologia na região de Mafra.

Convido o sr. deputado Dado Cherem para fazer a entrega da homenagem ao cirurgião-dentista Ricardo Susin Schelbauer, presidente da Associação Brasileira de Odontologia - Regional de Mafra.

A Associação Brasileira de Odontologia de Mafra foi fundada em 23 de novembro de 1968, abrangendo os municípios de Mafra, Rio Negro, Canoinhas, Major Vieira,

Monte Castelo, Rio Negrinho, São Bento do Sul, Campo Alegre, Itaiópolis e Papanduva.

São seus membros fundadores os drs. Jayme Hass de Souza, Sérgio Marinho Sheide, Fernando Giraldi, Braulio Pasternack, João Assadi Naider, da cidade de Mafra; Máximo de Giorgio, Enéas Ferreira, Eudice Pimpão Sprenger, Benedito Demétrio, Eridon Langer, José Rubens di Giorgio, Alfred Paulse Sinésio Almeida Becker, da cidade de Rio Negro; Lotário Klaumann, da cidade de Rio Negrinho; Gilson Ribeiro, Murilo Kramer dos Santos e Alfio Reina Neto, da cidade de São Bento do Sul.

A Regional de Mafra da Associação Brasileira de Odontologia, presidida pelo dr. Jorge Peters, de São Bento do Sul, organizou e sediou a Jornada Catarinense de Odontologia.

Em 1994 filiou-se à Associação Brasileira de Odontologia, Regional de Santa Catarina, passando a denominar-se Associação Brasileira de Odontologia, subseção de Rio Mafra.

Atualmente incorpora as cidades de Mafra, Rio Negro, Campo do Tenente, Quitandinha, Itaiópolis, Papanduva e Monte Castelo.

Sua atual diretoria conta com o dr. Ricardo Susin Schelbauer, presidente; dr. Sérgio Airoto Lazzari, vice-presidente; dr. Eugênio Esteves Costa, secretário; e dr. Edgard Magalhães de Araújo Goes Júnior, tesoureiro.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Na sequência, o Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina homenageará os profissionais com a Medalha Roseta e Diploma de Honra ao Mérito Odontológico Catarinense e os profissionais destaques da região com o Diploma de Mérito Odontológico Catarinense.

Convido o professor dr. Élito Araújo, presidente do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina, para fazer a entrega das homenagens.

Convido o professor e acadêmico dr. Dalto Halla para receber a homenagem por sua contribuição profissional nos campos da ciência e da pesquisa, no ensino e nos serviços à Odontologia.

Graduado em Odontologia pela Universidade Federal de Santa Catarina em dezembro de 1958, é especialista em Periodontia, mestre e doutor em ciências, livre docente e professor titular.

Fundador, coordenador e professor do curso de pós-graduação em Periodontia, diretor do curso de Odontologia do Centro Biomédico, subdiretor do Departamento do curso de Odontologia do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina e membro emérito da Academia Catarinense de Odontologia.

Das comendas e méritos recebidos pode-se destacar: a Medalha de Honra ao Mérito outorgada pela Universidade Federal de Santa Catarina; a Medalha de 20 anos da Fundação da Academia Catarinense de

Odontologia; a Medalha de Honra ao Mérito João David Ferreira Lima, concedida pela Prefeitura Municipal de Florianópolis; a Medalha e o Diploma de Honra ao Mérito Luis Pannain, concedidos pelo Sindicato dos Odontologistas de São Paulo; e a Medalha 20 anos conferida pela Sociedade Brasileira de Periodontia.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o cirurgião-dentista dr. Abelardo Lunardelli para receber a homenagem pela sua contribuição benemérita.

Formado em Odontologia pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1985, foi presidente do Centro Acadêmico e integrou o Conselho Universitário como membro discente. É especialista em Periodontia e mestre em Saúde Pública pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Ocupou a cadeira de professor de Periodontia e Clínica Integrada da Universidade do Vale do Itajaí, onde participou de sua estruturação e no processo de seu reconhecimento.

Foi presidente da Associação Brasileira de Odontologia - seccional Itajaí - por duas gestões, onde criou a Escola de Aperfeiçoamento Profissional, que está ativa até hoje com vários cursos de aperfeiçoamento e especialização.

Atualmente desenvolve suas atividades profissionais no Centro de Odontologia Especializada de Itajaí.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o dr. Vilson Sampaio Schambeck para receber a homenagem por sua contribuição honorífica à Odontologia catarinense.

Graduado em Odontologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, é especialista em Saúde Coletiva e mestrando em Ciências da Saúde pela Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Recebeu, na cidade de Criciúma, em 2012, o Diploma de Honra ao Mérito Odontológico Catarinense pelo trabalho em defesa das causas da Odontologia em nosso estado.

Em 2007 foi eleito delegado nacional de Saúde para representar Santa Catarina na 13ª Conferência Nacional de Saúde realizada em Brasília.

É conselheiro de Saúde do município de Criciúma e diretor de Marketing da Associação Brasileira de Odontologia - Regional de Criciúma.

Foi coordenador de Saúde Bucal de Morro da Fumaça no período de 2009 a 2012, quando elevou o município à quinta posição nos índices de prevenção em saúde bucal entre os municípios da região carbonífera. Ajudou também a desenvolver no município o Projeto Sorria Melhor, Sorria com Saúde: Saúde Bucal nas Escolas e Olarias, reconhecido estadual e nacionalmente.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O certificado de inscrição remida é concedido aos profissionais que já completaram ou irão completar 70 anos de idade este ano. É uma oportunidade ímpar do CRO-SC homenagear profissionais que se dedicaram à sua profissão, primando pela ética sem desprezar a qualidade técnica, cujas experiências de vida e profissional tornam-se exemplos aos futuros e atuais inscritos.

Convido o dr. Oberdan Andriani para receber o seu certificado de inscrição remida.

Graduado em Odontologia pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1966 é especialista em Dentística Restauradora e Estética. Foi premiado pela Sociedade Brasileira de Odontologia Estética no Congresso Internacional realizado em 2003. Participou ainda de diversos congressos cursos e palestras científicas.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o dr. Edison Gonçalves para receber o seu certificado de inscrição remida.

Convido para acompanhar o dr. Éliton Araújo, Betina Gonçalves, nesta do homenageado.

Graduado em Odontologia pela Faculdade Federal de Pelotas, do Rio Grande do Sul, em 1972, tem seu registro no CRO/SC desde 5 de julho de 1977, sob o n. 1.027.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o professor dr. Éliton Araújo, presidente do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina, para fazer a entrega das homenagens.

Convido o cirurgião-dentista Adalton Vieira para receber a homenagem.

Graduado em Odontologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 1977, é registrado no CRO/SC desde 5 de outubro de 1977, sob o n. 1.058.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o cirurgião-dentista Dagoberto Sabatini Fernandes para receber a homenagem.

Graduado em Odontologia pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1977, é especialista em Dentística Restauradora e mestre em Saúde e Meio Ambiente.

Atualmente ocupa o cargo de pró-reitor de ensino da Uniplac - Lages -, onde atuou como assessor técnico da implantação do curso de Odontologia e professor de Materiais Dentários, Dentística e Clínica Integrada.

O dr. Dagoberto Fernandes é também sócio fundador do Grupo Catarinense de Especialistas em Dentística.

Convido o dr. Saulo Rogério Stefen de Albuquerque para, juntamente com o dr. Éliton Araújo, proceder à entrega da homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O SR. SAULO ROGÉRIO STEFEN DE ALBUQUERQUE - Senhoras e senhores, com a aquiescência da Presidência, foi-me concedido meio minuto para falar.

Como presidente da Academia Catarinense de Odontologia às vezes tenho certa deferência. Vim sem um papel na mão e a emoção é muito grande. Desculpem-me!

Os pais do Dagoberto tratavam o meus pais de compadre e comadre. Eu vi a sua mãe grávida de você. Eu fui ao casamento do seu pai. Eu vi a alegria com que Raul Fernandes foi aceito na família Sabatini, do vovô Pepa, irmão do tio Américo, casado com a minha tia.

Então, há um vínculo muito grande entre nossas famílias. Eu havia decidido vir aqui apenas fazer a entrega da homenagem. Mas quando a sua mãe há pouco me encontrou, ela me emocionou muito quando me chamou pelo meu nome de criança: Rogerinho. Eu era o Rogerinho, não era o Saulo Rogério.

Por isso, o prazer da ACO de participar dessa entrega é um pouco maior, porque ela é também pessoal. Permita que seu professor venha aqui se derramar de alegria. E como sei que muitos gostariam de fazer o mesmo, tomo a liberdade de dizer que estou de posse de uma procuração geral para externar a alegria de tantos quantos acompanharam sua vida, como eu tenho acompanhado.

Um abraço para vocês! Muito obrigado, sr. presidente!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Convido o cirurgião-dentista Roberto Ramos Garanhani para receber a homenagem.

Graduado em Odontologia pela Universidade de Ponta Grossa, estado do Paraná, em 1984, é especialista em Prótese Dentária e Disfunção Temporomandibular e Dor Orofacial. É mestre e doutorando em Implantodontia e coordenador dos cursos de Especialização em Prótese Dentária e DTM e Dor Orofacial.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convidamos a sra. Áurea Albani Dadam, neste ato representando o seu filho, o cirurgião-dentista Charles Albani Dadam, para receber a homenagem.

Graduado em Odontologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 1985, é especialista em Radiologia, Prótese Dentária, Saúde Coletiva, Odontologia Legal, Implantodontia, Dentística e Endodontia.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o cirurgião-dentista Altair Medeiros da Silva Júnior para receber a homenagem.

Graduado em Odontologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 1987, é especialista em Prótese Dentária.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o cirurgião-dentista Celso Nunes Moura Filho para receber a homenagem.

Graduado em Odontologia pela Universidade Federal do Paraná, em 2000, é especialista em Ortodontia e Ortopedia Facial, delegado do CRO/SC na região de Chapecó, presidente da ABO Chapecó e professor de Ética e Bioética do curso de Odontologia da Unochapecó.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A placa comemorativa foi criada pela Portaria CRO/SC n. 28/2013, através da qual as delegacias regionais ou representantes municipais homenageiam profissionais, associações, entidades e instituições da Odontologia pelo tempo de exercício legal da profissão.

A Delegacia Regional do CRO-SC, representada pelo dr. Alceu Luis da Silva Martins Júnior, delegado regional do CRO-SC na região de Lages, prestará homenagem ao cirurgião-dentista Dagoberto Sabatini Fernandes.

Convido o delegado regional do CRO-SC para fazer a entrega da homenagem ao cirurgião-dentista Dagoberto Sabatini Fernandes.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O prêmio Brasil Sorridente Estadual foi instituído pela Portaria CRO/SC n. 006/2013 e é concedido anualmente aos municípios catarinenses que se destacaram pela implantação de políticas públicas de saúde bucal.

Neste momento teremos a entrega dos certificados aos municípios classificados na etapa estadual.

Convido o secretário de Saúde do município de Porto União, dr. Jair Giraldi, para receber o certificado do em nome do município, pelo melhor desempenho na área de saúde bucal na etapa estadual do prêmio Brasil Sorridente, edição 2010, na categoria de municípios com até 50 mil habitantes.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o dr. Marco Otílio Duarte Rodrigues, secretário de Saúde do município Balneário Camboriú, e a dra. Fernanda Suzena Kleis Magnanti, coordenadora de Saúde Bucal, para receberem o certificado em nome do município, pelo melhor desempenho na área de saúde bucal, na etapa estadual do prêmio Brasil Sorridente, edição 2010, na categoria municípios entre 50 mil e 300 mil habitantes.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido a dra. Marynês Terezinha Reibnitz, coordenadora de Saúde Bucal do município de Florianópolis, para receber o certificado em nome do município, pelo melhor desempenho na área de saúde bucal, na etapa estadual do prêmio Brasil Sorridente, edição 2010, na categoria de municípios com população acima de 300 mil habitantes.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dado Cherem) - Gostaríamos de agradecer e registrar a presença do cirurgião-dentista Francisco Patino, neste ato representando a presidente da Associação Brasileira de Odontologia de Itajaí, dra. Juliana Patiano.

Na sequência convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados com a Medalha de Honra ao Mérito Odontológico, o acadêmico professor doutor Dalto Halla.

O SR. PROFESSOR DALTO HALLA - Sr. deputado e colega Dado Cherem, digníssimo presidente da mesa, demais autoridades já nominados pelo protocolo, meus senhores, minhas senhoras, prezados colegas.

(Passa a ler.)

"Conforme Aristóteles, 'a grandeza não consiste em receber honrarias, mas, sim, em merecê-las'.

Expressiva é a honra para falar em nome dos homenageados, os quais, por certo, sentem-se igualmente jubilosos pelo significativo tributo a nós concedido pela classe odontológica, aqui representada pelo Conselho Regional de Odontologia.

Refiro-me aos distintos colegas: Vilson Sampaio Schambeck, Abelardo Lunardelli, Altair Medeiros, Celso Nunes de Moura Filho, Charles Luiz Dadam, Roberto Garanhani, Adalton Vieira, Dagoberto Sabatini Fernandes, além deste que lhes fala, profissionais que pelas suas contribuições, desempenho e relevantes serviços prestados são hoje mercedores dessa homenagem.

Nossas manifestações a essa distinção, com certeza, não constituem atitudes de falsa modéstia, pois cientes de nossa dedicação e apego à Odontologia, diria que vejo

nessa escolha e em seu gesto a valorização de vidas inteiras dedicadas à profissão, com amor e responsabilidade.

Convicto estou de que a decisão que norteou sua escolha em conferir-nos tão honroso tributo, resultou de uma árdua e judiciosa tarefa, conquanto muitos outros nomes devem ter sido lembrados, visto que, na vasta galeria de ilustres e competentes profissionais, são enumeráveis os nomes que se destacam como justos mercedores dessa honraria.

As reminiscências do passado encerram muitas lembranças, permeadas de sonhos, trabalho e conquistas, muitos dos quais já se desvaneceram nas brumas do passado, outros ainda estão mesclados com insones noites de estudo e também de incertezas.

Nesta efeméride, quando se comemora o Dia do Cirurgião-Dentista, é nosso desejo dedicar algumas palavras não só aos colegas, que através da investigação e pesquisa conduzem nossa profissão a patamares cada vez mais elevados, mas também àqueles que, indiferentes à incerteza do amanhã, anônimos e destemidos, continuam dispersando-se por todo o país, radicando-se nas mais diferentes e longínquas cidades e vilarejos, quase sempre carentes e necessitadas do indispensável atendimento odontológico. Assim, prestaram e continuam prestando inestimáveis e relevantes serviços, mitigando a dor e o sofrimento de grande parte da população brasileira.

Estou certo de que, neste dia, estamos todos orgulhosos de nossos empreendimentos e, com certeza, mercedores por parte da sociedade da mais alta estima e consideração. Dos rudimentares instrumentos de trabalho do passado, a Odontologia passou por uma sucessiva evolução. Assim, sua progressão tornou-se meteórica, notadamente no campo da investigação científica, que permitiu chegarmos a uma projeção que somente a inspiração, o trabalho e a dedicação persistentes, de gerações passadas e presentes, poderíamos conceber.

A despeito dessa contínua revolução, através de materiais e técnicas revolucionários e elevado contingente de profissionais disponíveis, constatamos preocupados que tais benefícios e serviços ainda não podem ser disponibilizados à maioria da população.

Segundo o ministério da Saúde, aproximadamente 60% da população brasileira encontram-se carentes de atendimento, 30% jamais tiveram qualquer assistência odontológica. O lamentável é que em pleno século XXI, excelso momento de telúricas e extraplanetárias conquistas da humanidade, as estatísticas aqui sejam tão deploráveis.

Reflitamos. Apesar dos significativos avanços conquistados pela pressão política da classe e órgão representativos, notadamente dos Conselhos de Odontologia, tal conquista ainda tem-se mostrado tímida e modesta dada à insidiosa relutância dos órgãos públicos competentes. Daí não nos podermos eximir da grave responsabilidade histórico-cultural que envolve não só a saúde, notadamente da comunidade desfavorecida, mas também dos problemas de natureza econômica, social e notadamente política com os quais nos defrontamos.

Refiro-me a uma política que impõe desafios a todos os cidadãos e também ao sistema profissional. Obrigações às quais não se devem restringir exclusivamente a atender às necessidades da classe, mas inclui necessariamente a defesa da sociedade, notadamente aquela excluída.

Quando nos referimos ao aliciamento político, aludimos àquele voltado para a moralização de muitos dos deturpados e viciados costumes que aniquilam e abalam as instituições democráticas, através de leis autofágicas, desprovidas de princípios éticos e morais. O lamentável é que decorrido mais de um século do célebre pronunciamento de Rui Barbosa, nossa sociedade ainda se encontre tão vulnerável, apática e resignada diante das insanas atitudes e da derrocada moral de grande parte de nossos homens públicos.

Assim, ao terminar, eu diria que nós, a Odontologia como entidade altamente representativa, que congrega pessoas diferenciadas e que atuam em diferentes campos, profissional, político e social, deve canalizar essa força no sentido de lutar e propugnar pela defesa dos princípios consagrados na Carta Magna.

Por fim, encerro reproduzindo parte do texto de Clarice Zeitel: 'O Brasil precisa de mudanças estruturais revolucionárias, que quebrem este sistema social viciado, mudanças que não sejam hipócritas, mas que transformem. Mudança que nada muda é só contradição'.

Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dado Cherem) - A seguir, convido para fazer uso da palavra o professor doutor Élito Araújo, presidente do Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina.

O SR. PROFESSOR ÉLITO ARAÚJO - Muito digno colega deputado Dado Cherem, presidente desta sessão; professor dr. Saulo Rogério Stefen de Albuquerque, presidente da Academia Catarinense de Odontologia; dr. Murilo Rosa, conselheiro suplente do Conselho Federal de Odontologia; dra. Marynês Terezinha Reibnitz, neste ato representando o secretário de Saúde do município de Florianópolis, Carlos Daniel Moutinho Júnior; dr. Sérgio Bastos Abraham, membro da comissão do Mercosul; dr. Dagomar Carneiro, ex-deputado estadual; dr. Cláudio Barbosa Fontes, presidente da Associação Brasileira de Cirurgiões-Dentistas da Região de Florianópolis; colegas homenageados, conselheiros efetivos e suplentes do Conselho Regional de Odontologia, meus senhores, minhas senhoras, colegas.

(Passa a ler.)

"Inicialmente gostaria de parabenizar todos os colegas pelo nosso dia, citando Cristiane Melo: 'Dentista é um artista; cuida de cada detalhe; procura a perfeição, visa ao bem-estar do paciente. Previne, mas também cura. Ser dentista é ser humano; é se entregar; é dar o melhor de si. É usar de todos os artifícios possíveis para obter o melhor resultado. É modificar sorrisos, transformar vidas.'

Todos nós precisamos continuar a lutar por uma Odontologia melhor e isso passa pela ação de todos. O Conselho representa a classe e tem procurado atender e acompanhar a nossa profissão.

Durante o concurso do Brasil Sorridente, tivemos três municípios selecionados em nível nacional: Porto União, com o 2º lugar entre as cidades com até 50 mil habitantes; Balneário Camboriú, com o 3º lugar entre as cidades com até 300 mil habitantes; e Florianópolis, com o 2º lugar entre aquelas com até 500 mil habitantes.

O que isso significa? Significa que nessas cidades há políticas públicas condizentes, há o envolvimento das três esferas de governo e uma população recebendo cada vez mais um atendimento de qualidade.

Significa também o reconhecimento profissional e a valorização da profissão e do nosso estado.

Atualmente temos 878 equipes de saúde bucal atendendo a aproximadamente 44% da população, ao passo que a média nacional é de 35%. Isso também significa emprego, mercado de trabalho e saúde para a população.

Temos 43 centros de especialidades odontológicas, devendo chegar a 53 nos próximos meses. Possuímos um trabalho de escovação com supervisão acima da média nacional. Nosso CPO-D, está abaixo da média nacional, que é de 2,07, destacando-se Florianópolis onde é menor do que um. Temos uma redução acentuada de exodontias, o que indica procedimentos de prevenção e tratamento de qualidade.

Fica demonstrado, assim, que temos uma saúde pública eficiente, com objetivos definidos, pessoas que acreditaram, acreditam e lutam por uma saúde bucal digna e ao alcance de todos.

O Conselho Regional tem suas metas e procura atingir sua finalidade, qual seja: zelar pela profissão e fazer cumprir o seu código de ética. Realizamos 26 encontros regionais dentro do Programa de Educação Continuada, apoiando as entidades, ouvindo os cirurgiões-dentistas, auxiliares e técnicos de saúde bucal, auxiliares e técnicos de prótese dentária, tendo atingido a 3.627 participantes nesses eventos. Realizamos ainda encontros específicos para auxiliares e técnicos de saúde bucal, bem como para auxiliares e técnicos em prótese dental. Tivemos uma excelente frequência em ambos os eventos.

Participamos do Carreteiro Social juntamente com as demais entidades, quando reunimos em torno de 450 pessoas para solidariamente ajudar instituições beneficentes da Grande Florianópolis. E a única queixa foi de não termos feito a equipe de cozinha constituída pelos próprios colegas. Muitos compraram camisetas para ajudar e não fizeram questão da alimentação. Foi um dia belíssimo, de grande confraternização de colegas e familiares.

Estivemos presente no Congresso de Ética e no Congresso Nacional dos Conselhos Profissionais defendendo aquilo que achamos como proposta digna. Estaremos agora, nos dias 7, 8 e 9 de novembro, no 3º Congresso Sul Brasileiro em Saúde Bucal, com a participação dos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Estaremos participando ativamente e já temos a adesão da maioria dos municípios catarinenses.

Apoiamos a realização do 5º Fórum Diagnóstico Bucal - e na pessoa da colega Liliane Grandó agradecemos -, que obteve grande sucesso e que foi realizado no Auditório Antonieta de Barros desta Casa, o qual esteve sempre repleto de colegas, mostrando o grande interesse da classe.

Agora partimos para outro congresso a ser realizado em abril de 2014. Criamos a comissão CRO Mulher, buscando dar atenção a um grande contingente de colegas e assim teremos o desenvolvimento de temas específicos, formação e atividades em eventos específicos.

Prosseguimos aplicando na fiscalização, que é um das metas deste conselho. Adquirimos dois carros neste ano e partimos agora para a compra de mais dois veículos, pois queremos ter um fiscal e um carro em cada delegacia. Atualmente estamos em processo de treinamento de mais três fiscais. A nossa fiscalização está de parabéns, pois no encontro dos três estados, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foi

constatado que temos o dobro da produção dos estados vizinhos.

Isso significa que estamos atingindo nossas metas. Hoje temos uma parcela expressiva de municípios nos quais todos os colegas e centros de saúde foram visitados, uns com algumas pendências e outros ainda por terminar. Queremos ação rápida e por isso instituímos representantes municipais, tendo atualmente 149 cirurgiões-dentistas no cargo, de forma a ter uma referência para nossos fiscais, apoio nas nossas campanhas e uma referência municipal dentre as lideranças locais.

As câmaras técnicas da comissão de ética continuam trabalhando nas delegacias regionais e em outras cidades de maior porte, como em Blumenau, e têm trazido excelentes resultados, pois muitas pendências litigiosas são resolvidas e com isso se evitam os processos éticos, além das pessoas não precisarem vir a Florianópolis.

Profissionalizamos a comunicação do CRO para chegar ainda mais perto dos profissionais de todo o estado e da comunidade. Em todas as oportunidades de manifestação da imprensa buscamos destacar não apenas o trabalho do próprio CRO, mas a importância do trabalho do cirurgião-dentista em reforçar a conscientização da comunidade sobre o caráter fundamental da preservação da saúde bucal. Editamos a *Revista do CRO*, que se transformou em uma publicação esperada por toda a classe, contendo matérias e informações esclarecedoras e importantes.

Implantamos as redes sociais, que são ferramentas de aproximação entre os profissionais da Odontologia, população e entidades. Mais de 3.300 pessoas acompanham a página do Conselho Regional e compartilham informações com seus amigos, multiplicando o alcance do material que divulgamos. Outro canal de comunicação é a rádio *on-line* do CRO, disponível 24 horas. Basta acessar o *site*, clicar no ícone correspondente e você tem a rádio funcionando.

Estamos iniciando a digitalização de documentos em parceria com o Conselho Federal de Odontologia e providenciando a implantação da assinatura digital, o que diminuirá custos e proporcionará agilidade no atendimento. Os funcionários do conselho são treinados continuamente, tudo para melhorar o funcionamento interno com os inscritos e com a população. Continuamos com as campanhas de saúde bucal da família com *folders*, cartazes e DVDs orientando a população sobre a saúde bucal desde a gestante até o idoso.

Na última quarta-feira tivemos o lançamento, no Centro Integrado de Cultura, do novo DVD sobre a higienização bucal e a importância na saúde do indivíduo. Todo o trabalho da peça - Teatro no Reino da Onça Sorriso - foi realizado pela colega, Paula Paes, a quem agradeço publicamente. Cabe aqui também agradecer à sra. Maria Angélica Colombo, esposa do governador, que nos deu um grande suporte, conseguindo, inclusive, o CIC para ensaio da apresentação da peça teatral sem nenhum custo. Esse DVD está disponível para a classe para ser usado nos centros de saúde, escolas, clínicas públicas ou privadas.

A Receita Federal nos prometeu uma quantidade de DVDs que serão gravados e distribuídos às entidades, porque isso apenas terá sentido se chegar à população gratuitamente.

Estamos com a campanha 'É hora de sorrir contra o câncer de boca', pois é de

competência do cirurgião-dentista o seu diagnóstico. Temos uma nova realidade, pois essa patologia está entre os sete tipos de câncer mais comuns, com um índice crescente na sociedade. Estamos apoiando as ações das universidades e entidades nessas campanhas, com distribuição de *folders* e cartazes.

Par as prefeituras e demais órgãos que nos solicitam material informativo, oferecemos um DVD com todas as campanhas, bastando que coloquem sua logomarca, imprimam e distribuam à população. Não temos condições de distribuir material para os 297 municípios catarinenses.

Iniciamos este mês a campanha de esclarecimento sobre as hepatites B e C, através de *folders* e cartazes. Precisamos conscientizar-nos de que somos um grupo de risco. Costumamos falar muito em biossegurança e esquecemos de que somos um forte grupo de risco. Basta ir a um posto fazer o teste ou a vacina. É gratuito. Existe um percentual expressivo de colegas acometidos de hepatite e muitos não sabem que são portadores da doença.

Dentre os projetos de lei que estamos acompanhando, há o PL n. 0422/2007, que trata da odontologia do trabalho. O processo já transitou na Câmara Federal e agora está no Senado. Infelizmente a bancada do governo solicitou vistas do processo. Fomos atrás de nossos senadores pedindo o seu voto em separado, buscando lograr a aprovação do projeto. Quem puder ligar para um senador pedindo apoio a esse projeto da Odontologia, estará fazendo por nós.

Há também o Projeto de Lei n. 2.776/2008, que estabelece a obrigatoriedade da presença de profissionais da Odontologia em todas as Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), em clínicas e em hospitais públicos e privados. Esse PL está na dependência da Presidência para ser assinado.

Solicitamos ao CFO todo o empenho para o projeto que permite a inclusão da Odontologia no Simples, dentro do regime tributário especial.

Existem mais três projetos em andamento: um que fixa o salário mínimo dos cirurgiões-dentistas e dos médicos; um que dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento odontológico pelos integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS), e o um que torna obrigatório às operadoras de planos de saúde o respeito às tabelas de honorários médicos e odontológicos elaborados pelas entidades nacionais.

Por outro lado, estamos atravessando uma fase difícil para todos os que fazem clínica privada e também para os que procuram um emprego público. Muitos gestores oferecem um valor de salário aviltante para os profissionais poderem ter uma vida digna. Temos combatido diretamente esta prática, manifestando-nos em jornais locais, em ofícios aos órgãos públicos e divulgando em redes sociais, além de solicitarmos aos colegas que não se inscrevam nos referidos concursos.

Temos um número crescente de faculdades de Odontologia levando o mercado a ficar mais e mais saturado. Isso se reflete na classe e muitos colegas jogam a responsabilidade de todas as mazelas sobre o Conselho Regional. Não entendem que temos muitas limitações de gestão, como agir contra o ministério da Educação. Temos disparado documentos ao próprio ministério, ao Conselho Federal de Odontologia e aos demais conselhos regionais, mas até o momento não atingimos o objetivo. A classe tem que se conscientizar de que precisamos lutar por nossos objetivos. O

conselho está à disposição, mas precisamos da participação de todos. Lembrem-se de que antes de criticar, pensem em como podem ajudar, pois críticas destrutivas nada constroem.

Destaco aqui os colegas de Lages que buscaram este momento solene para homenagear o colega Dagoberto Sabatini Fernandes pelo seu trabalho como cirurgião-dentista, professor, coordenador do curso de graduação, pró-reitor da Uniplac e como ser humano, pois a todos encanta pelo carinho e atenção. Precisamos reconhecer os valores dos nossos pares. Fica aqui o exemplo de Lages para todas as entidades.

Não espere, faça acontecer!

Todos vocês homenageados escreveram a sua história e perceberam que ela é valorizada pelos seus pares e pela sociedade.

Parabéns a todos!

Meus colegas, somente temos que agradecer pelo carinho e pelo reconhecimento que temos encontrado em todas as regiões do estado. Procuramos estar presente e dar apoio a todas as entidades odontológicas catarinenses.

Encerro usando uma frase de Madre Tereza de Calcutá, que resume minha fala: 'Às vezes sentimos que o que fazemos é apenas uma gota no mar, mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota'.

Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dado Cherem) - Quero agradecer em nome dos presidentes Cláudio Fontes, da ABCD; Saulo Albuquerque, da ACO; Élio Araújo, do CRO/SC; e Murilo Ferreira Lima, da ABO/SC, a presença nesta noite tão importante de todos os colegas e colegas, uma noite especial para a Odontologia.

Com certeza, a presença e o trabalho profissional de cada um incentivam-nos e estimulam-nos a fazer uma sessão desse porte e de tamanho reconhecimento àqueles que tanto contribuem para Odontologia, principalmente para os excluídos.

Então, em nome da Assembleia Legislativa, uma vez que a realização desta sessão especial contou com a aprovação dos 40 deputados, parabenizo os conselhos e as

demaís entidades da Odontologia, além de todos os cirurgiões-dentistas.

Dr. Élio, com certeza precisamos avançar mais e mais e conquistar o nosso espaço dentro da sociedade. Não nos podemos submeter ao aviltamento de salários, porque somos profissionais importantes pra a nação brasileira.

Parabéns ao CRO e à sua diretoria por essa importante luta. E se precisarem de um soldado, estou à disposição para combater o bom combate.

Agradecemos a presença das autoridades com assento à mesa e de todos que nos honraram com o seu comparecimento e convidamos todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 098ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, com muita alegria estamos hoje aqui para registrar que, ontem, na cidade de Três Barras, no Planalto Norte, recebemos o título de cidadão três-barrense. Já me sentia cidadão de Três Barras, mas por indicação do vereador Ernani Wogeinaki e demais vereadores da bancada do ano passado recebemos este ano esse título.

Foi uma solenidade bonita. E lá também esteve a mãe do prefeito Pedro Merhy Seleme. Esse prefeito foi quem me ofertou o primeiro emprego como médico na minha vida profissional. Emprego este que até hoje mantém o vínculo. Por quê? Porque foi o primeiro emprego assumido como médico, numa cidade vizinha de Canoinhas, onde existe o bairro São Cristovão que possui mais de 100 mil pessoas.

Portanto, esse título de cidadão três-barrense muito nos honrou, fazendo com que o prefeito Eloi José Quege, o presidente da Câmara, João Francisco Canani, demais vereadores e vereadoras, três mulheres vereadoras, juntamente com minha família, nossos amigos, o juiz de Direito, o doutor Márcio, o prefeito de Canoinhas, Beto Faria, o vice-prefeito Wilson Pereira, o presidente da Câmara, Renato Pike, muito nos honraram com suas presenças, com palavras bondosas, com palavras de reconhecimento, com palavras de dignidade.

Muito obrigado, comunidade de Três Barras!

Temos agora, como sempre tivemos, maior responsabilidade ainda com o município de Três Barras, para continuar a construção desse belo município, onde o governo do estado já realizou várias obras importantes, como a ponte entre o município de Canoinhas e Três Barras, como o ginásio de esportes, os postos de saúde, como a principal obra realizada lá, o centro dos adolescentes, masculino e feminino.

O adolescente que não tem para onde ir tem um lugar para morar no município de Três Barras. Isso graças a quem? Graças ao governo Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira, que para lá destinaram mais de R\$ 500 mil para a construção desse importante centro.

Também, ao terminar o mês Outubro Rosa, tivemos a liberação para a Rede Feminina de combate ao Câncer, de Canoinhas, verba esperada por aquela entidade e liberada pelo nosso governador Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira.

Portanto, se fôssemos falar em obra, continuaríamos falando por muito tempo. Isso faz com que o nosso mandato de deputado estadual seja respaldado pelo governo Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira

não apenas em promessas, mas em ações concretas como a do Hospital Santa Cruz, que na quinta-feira passada realizou a primeira captação de órgãos para transplante para a cidade de Canoinhas, coordenada pela equipe do dr. Andrei Morais, o neurocirurgião da cidade, o que mostra que pensamos, sim, nos outros.

A região de Canoinhas possui um grande número de pessoas solidárias, onde temos a Adosarec - Associação dos Doadores de Sangue de Canoinhas, uma das maiores do Brasil e do planalto norte, fazendo com que as pessoas se preocupem com os outros, doando sangue, salvando vidas, ajudando o ser humano.

Faço essas colocações porque no dia 25 de novembro é o dia do doador de sangue, e nesse mês faremos, sim, uma homenagem importante a essas pessoas que são solidárias e participam da vida dos outros ajudando.

Nós, como pessoas, não como médico, não como deputado, e todos vocês temos a obrigação de ajudar o nosso semelhante, as pessoas que estão ao seu lado, transmitindo um ato de otimismo, algo agradável, fazendo as pessoas sorrirem. E temos que fazer isso com agilidade, pois toda ação corresponde a uma reação. E como temos esse tipo de vida, de ajudar as pessoas, sermos solidários, de salvarmos vidas, temos a certeza de que não apenas o médico, mas todos nós, pessoas, temos sim, obrigação de ajudar os nossos semelhantes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Kennedy Nunes, quero debater

novamente com v.exa., porque na noite de ontem citei seu nome em uma conversa que tivemos em virtude de uma notícia que foi publicada na televisão, dando conta de uma criança da cidade de Lages, que precisa ser internada com urgência em uma UTI para queimados. E o Hospital Infantil Joana de Gusmão, em Florianópolis, tem meia dúzia de vagas apenas e estão todas lotadas.

Citei seu nome porque no ano passado a ala de queimados do Hospital Infantil de Joinville foi fechada, com o argumento de que não tinha retorno manter as dez vagas de UTI do Hospital Materno Infantil de Joinville abertas e com equipamentos caríssimos que foram comprados.

A organização social que administra aquele hospital chegou à conclusão, e convencendo a secretaria de estado da Saúde, de que não deveria manter abertas aquelas dez vagas, porque as vagas existentes no Hospital Infantil Joana de Gusmão, em Florianópolis, seriam suficientes para a demanda de Santa Catarina.

O estado de Santa Catarina, deputado Antônio Aguiar, autorizou uma organização social que administra o Hospital Materno Infantil de Joinville a fechar os leitos de queimados, de crianças queimadas. E a notícia de ontem é que uma criança de Lages, se não for internada em 24 ou 48 horas, terá que ser tratada de qualquer forma na cidade de Lages, com os meios possíveis evidentemente que a infraestrutura permite.

Trago esse elemento apenas para registrar a minha indignação e para dizer que a política de entregar estabelecimentos públicos de saúde para organizações sociais, para a iniciativa privada, que muitas se definem como empresas de saúde, é ruim para a sociedade catarinense e depõe contra o argumento do governador de que saúde pública tem que ser prioridade.

Em Joinville esse espaço foi cedido para aquelas especialidades que rendem mais, como a cardiologia, do ponto de vista monetário. E ainda cabe investigar para onde foram aqueles equipamentos caríssimos que estavam lá para tratar crianças queimadas, porque tinham sido comprados com dinheiro público pouco tempo antes de terem sido abandonados.

Quero fazer esse registro indignado também no sentido de mostrar a importância do serviço público em saúde para qualquer sociedade. E é justamente por considerar a imensa importância que tem que nos indignamos quando entendemos que a política que está sendo executada é errada e trabalha contra o interesse público e da sociedade.

Uma criança de menos de quatro anos faleceu na última quinta-feira aqui no Hospital Infantil de Florianópolis, depois de um ano e três meses de tratamento contra o câncer. Ela era minha sobrinha, mas não quero falar sobre isso por ser uma questão familiar, mas, sim, falar da importância do serviço público. Aonde seria tratada a filha de um assentado da reforma agrária, ou seja, filha de um sem terra, uma criança com tumores no cérebro, se não fosse num hospital 100% público?

Ela ficou um ano e três meses em tratamento. E aqui quero falar sobre a importância do serviço público de saúde, apesar de tudo que dissemos sobre o Hospital Infantil, sobre as goteiras, sobre o tomógrafo que nos dias de chuva não funcionava, porque chovia em cima, sobre as demoras nas reformas, mas ficaram um ano e três meses tratando a pequena Priscila, insistindo até o último

momento na perspectiva de tentar reverter o quadro, de prolongar sua vida.

Estou falando isso para mostrar a importância e parabenizar o conjunto de servidores do Hospital Infantil Joana de Gusmão, desde os serviços gerais, auxiliares e técnicos de Enfermagem, enfermeiros e enfermeiras, médicos e médicas que de forma devotada dedicaram um ano e três meses para tentar salvar uma vida, para tentar combater um câncer.

Esse é o trabalho deles. Fizeram muito por essa menina, mas fazem todos os dias de forma continuada para centenas de crianças do nosso estado. E todos esses profissionais merecem, portanto, o nosso aplauso.

Evidente que não obstante a postura crítica que temos, quero registrar também a participação da própria secretaria da Saúde nesse processo, porque ela teve duas convulsões, lá no interior, e veio convulsionada até chegar aqui em ambulâncias do Samu, em helicópteros e aviões do governo do estado, inclusive.

Acho importante o fortalecimento dessa estrutura e a defesa de que continue 100% pública, que não meçam recursos e esforços só por cifrão. E nesse caso do fechamento das vagas de queimados do Hospital Infantil de Joinville o argumento usado foi o de que não havia retorno financeiro. Como falar de saúde pública pensando em cifrão? Como falar em salvar vidas, em defender uma vida, em diminuir a dor de uma pessoa medindo isso por cifrão? Não dá! É neste sentido e contra essa lógica que ficamos indignados, protestamos e criticamos autoridades e pedimos para o governador reverter essa situação para o bem da sociedade catarinense e para poder cumprir sua promessa de fazer da saúde pública as prioridades números um, dois e três.

Deputado Padre Pedro Baldissera, neste minuto que me resta quero informar que nós sepultamos a pequena sem terra Priscila no interior de Santa Cecília. Quando chegamos ao cemitério, deixamos os carros no pátio de uma serraria abandonada caminhando por dentro de uma floresta de *pinus elliottii*. O que sobrou por certo de uma antiga comunidade foi o cemitério. Evidentemente que isso precisa ser registrado, precisa ser entendido.

O processo de desenvolvimento econômico e social da nossa sociedade que aniquila, que mata comunidades inteiras na monocultura do pinheirinho. Isso precisa ser refletido por toda e qualquer pessoa que pensa em construir uma sociedade justa, uma sociedade onde as pessoas convivam, onde as pessoas de fato trabalhem para viver e não ao contrário; uma sociedade onde o esforço, o trabalho humano seja utilizado para o convívio saudável das pessoas e não ao contrário. Porque caminhar por dentro de uma floresta de pinheirinho até o cemitério para deixar num deserto de floresta de pinheirinho o corpo de uma pessoa querida é, com certeza, um sinal de que a sociedade inteira está doente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, gostaríamos de parabenizar o prefeito de Joinville pela passagem do seu aniversário no dia de ontem, bem como todos os funcionários, pelo Dia do Funcionário Público.

Mas quero desejar o prefeito Udo Dölher saúde, felicidades e parabenizá-lo pela gestão que vem realizando. Parabéns pelo seu trabalho, pela sua competência e pela sua dedicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, quero saudar as pessoas e os cidadãos catarinenses que estão nas galerias desta Casa acompanhando os nossos trabalhos em nome dos alunos da Emeja, que é uma escola profissionalizante de adultos de Rio Negrinho, que estão acompanhados da professora Marli, do professor Acildo e da professora Stela, que vieram nos visitar.

Quero, então, em nome deles, cumprimentar todos aqueles que estão fazendo o mesmo nesta Casa.

Quero, também, manifestar apoio à manchete do Diário Catarinense de hoje, onde está o seguinte:

(Passa a ler.)

“Justiça vai apurar uso de fundo na segurança.

Portal Transparência mostra que dinheiro do trabalho de presos foi investido em obras fora de presídio.” [sic]

Depois, naturalmente, a matéria se atém a uma possível investigação, porque 75% do lucro do trabalho dos detentos, dos internos dos presídios são repassados para os próprios detentos e 25%, segundo informação que recebi, ficam para a instituição, para o estado.

Então, francamente, não sei qual é o objetivo básico que não seja o de usar alguma matéria apenas.

Mas se os 25% são do estado, então também não vejo dificuldade de esse dinheiro ser usado para comprar chapas e parafusos; para locação de carros; para equipar uma caminhonete usada pelo Deap; para comprar cimento, portas, fechaduras, mesa e cadeiras. Quer dizer, desde quando isso não é material para o governo? É, sim, e é permitido comprar. Tanto é que foi usado pela lei de transparência aquele recurso, que são os 25% que cabem ao estado utilizar para isso.

Quer dizer, eu não quero imaginar que alguém deva entender que os 25% do lucro obtido pelo detento tenha que ser aplicado exatamente lá naquele presídio. É evidente que não, até porque em cada presídio entram recursos do estado. São milhões de reais por dia para a manutenção do serviço.

Eu conheço pouco o diretor do Deap, Leandro Lima, pois eu o vi somente uma ou duas vezes. Mas não vejo nenhuma maldade por parte dele pelo fato de ele ter utilizado esses recursos com essa finalidade. Não foi para o carro dele, não foi para comprar uma mesa para ele! Foi para comprar uma mesa para o Deap, para o sistema penitenciário! Ou ainda foi para comprar um patrimônio para o governo, para o dono dos 25%, daquele recurso.

Mas quero abordar, sr. presidente, um assunto que por muitas vezes já levantei aqui nesta Casa. E principalmente os deputados Jailson Lima, Antônio Aguiar e eu, na condição de médicos, temos que dar uma contribuição maior nesse tipo de assunto.

É conhecida de todos a preocupação com relação à qualidade e à quantidade de serviços que o SUS produz para atender a uma demanda que cresce, e por isso é cada vez mais reprimida.

Neste ano, o SUS nacional contratou o serviço de uma consultoria para fazer um levantamento e avaliar a qualidade do serviço prestado por ele. E assim em cada estado essa consultoria deu uma nota para que se tivesse uma ideia, de zero a dez, de qual nota daria em cada estado. A média nacional foi 5,2 e a média de Santa Catarina foi 6,2. Ou seja, imaginando de zero a dez, 5,2 é uma nota de reprovação - o aluno que tirou 5,2 no colégio passou, mas assim... E a média 6,2, de Santa Catarina, é uma nota regular, longe daquilo que se gostaria de oferecer aos cidadãos catarinenses.

Vejam que o governo de Santa Catarina tem a maior média devido a um esforço muito grande por parte do governo estadual, só que ainda não está dando o efeito prático.

Os senhores acompanharam pela imprensa que somente na região de Joinville existe uma fila de 200 mil pessoas esperando por um atendimento, esperando pela resolução do problema. E esses pacientes que estão na fila já sabem o que têm, já têm o diagnóstico, mas para eles não está sendo dada a solução.

Então, se imaginar que Santa Catarina tem seis milhões de habitantes e que no lugar onde tem 800 mil pessoas tem uma fila de 200 mil pessoas, de 200 quilômetros de gente, um atrás do outro se fossem colocados em fila, qual seria o tamanho da fila onde tem 6,5 milhões de habitantes? Se multiplicarmos 800 por seis, dá 1.200 quilômetros de gente. No lugar aonde tem 800 mil pessoas, tem 200 mil pessoas de fila, qual é o tamanho da fila de Santa Catarina inteira? Dá uma fila maior do que daqui até São Miguel d'Oeste, ainda entrando na Argentina.

Por que isso? É que depois que criaram a tal da gestão plena, criou ilhas de poder, ilhas financeiras. As pessoas que estão numa determinada gestão acabam sendo obrigados a buscar a solução naquela região, naquela cidade. Ou seja, quem é de Blumenau, não pode operar em Brusque. Muito menos em Joinville, nem Itajaí, tem que ser lá em Blumenau. Da mesma maneira, quem é de Itajaí não pode ir para Blumenau ou Brusque, tem que ser lá em Itajaí.

Agora, o governo do estado colocou os recursos para fazer o mutirão nesse balaio, deputado. Colocou os recursos exatamente nessa mesma gestão, aonde quem é de uma cidade só poderá ser atendido naquela cidade.

Então, o mutirão acaba não dando o efeito que era para dar. Quem vai a Itajaí o mutirão de Itajaí exige que se siga uma fila, aquela fila que está lá prevista para ser atendida. Se esse paciente encontrar alguém que resolva o problema dele em Brusque, em Blumenau ou Joinville, ele não pode ser operado lá, vai ter que voltar para Itajaí e novamente se submeter àquela fila que assegura ali.

Então, deputado Jorge Teixeira, v.exa. que entende ainda melhor do que isso, pois é médico, poderia nos ajudar muito nisso. Precisamos alterar o critério de atendimento dos mutirões. O mutirão, o paciente que procura uma solução não pode voltar a se submeter àquela mesma ordem onde ele não era atendido. Por isso o governador criou o mutirão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos

acompanha pela TVAL e Rádio Digital, também aqui quero fazer o registro do meu amigo Carlos Grendene, presidente do CDL de Joinville, junto com todos os outros participantes aqui.

Sejam bem-vindos a esta Casa. Com certeza vocês podem conseguir aquilo que estão procurando.

Quero parabenizar a prefeita de Bombinhas, cidade bonita, a nossa Miami brasileira. Bombinhas é uma cidade linda, e a prefeita Ana Paula da Silva assinou, durante o seminário do Lixo Zero, a Legislação do Lixo Zero, o Decreto Municipal n. 01.823/2013, de 02 de outubro de 2013, que cria o comitê Lixo Zero, no município de Bombinhas.

Com esse acordo firmado com o Instituto Lixo Zero, eles vão buscar até 2020 ser igual às cidades que visitamos na Suécia. A cidade de Bombinhas está procurando lixo zero. E quero estimular o desafio aos prefeitos municipais a fazerem o mesmo, a terem a coragem de assinar esse convênio com metas para que até 2020 consigamos ter a questão do lixo zero.

O que é lixo zero? Todo lixo produzido por nós, humanos, ou vai para a reciclagem ou vai para outro tipo de tratamento, e nada mais vai para aterro sanitário.

Essa é a meta que Bombinhas está tendo. O deputado Romildo Titon também participou da nossa ida lá, e Bombinhas saiu na frente. De todos os municípios catarinenses, são 295, Bombinhas sai na frente.

Parabéns à prefeita Ana Paula da Silva, que assinou esse acordo e que criou, por decreto municipal, metas e o Comitê Lixo Zero, no município de Bombinhas.

Vamos acompanhar, ajudar no que for possível, para que essas metas possam ser alcançadas e Bombinhas possa ser uma cidade diferenciada de todas as outras.

Então, mais uma vez convoco os prefeitos, desafio os prefeitos a fazerem o mesmo que Bombinhas fez.

Outro assunto que quero falar é que em 2011 entrei com um projeto de lei, deputado Altair Guidi, de n. 363.3/2011, que obriga o estado de Santa Catarina a divulgar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb, alcançado em cada unidade escolar, através de placa padronizada a ser fixada na entrada de cada escola avaliada.

Entendo que isso deveria ser público e até como se fosse um chamariz para a escola, porque a escola que fosse bem avaliada pelo Ideb poderia ter isso como um ponto favorável para buscar mais alunos. E a escola que não fosse bem avaliada iria buscar alternativas para que no próximo ano fosse bem avaliada.

Pois bem, esse meu projeto de lei entrou em 2011 e teve, pela comissão de Constituição e Justiça, o pedido de arquivamento, porque dizia que nós estávamos criando despesas ao estado quando se trata de colocar uma placa na frente da escola dizendo o índice do Ideb que aquela unidade escolar recebeu.

Pois bem, em 27 de fevereiro deste ano, não aceitando a análise jurídica da comissão de Constituição e Justiça e vendo que o município de Gaspar colocou isso como uma lei de origem parlamentar valendo no município de Gaspar, pedi o desarquivamento. E agora está no gabinete da nobre deputada Luciane Carminatti, que fez uma série de diligências para saber se vale a pena ou não aprovar a lei que está aqui em tramitação nesta Casa.

Pois bem, quero pedir à nobre deputada Luciane Carminatti que não precisa fazer mais nada, porque esta Casa perdeu a oportunidade de sair na frente e aprovar uma

lei obrigando as unidades escolares a colocar na frente dos seus estabelecimentos a nota do Ideb.

Esta Casa perdeu o bonde, perdeu tempo na discussão, neste trâmite moroso que muitas vezes esses projetos têm, porque foram pedidas uma série de diligências. Querem descobrir o sexo dos anjos para saber se pode ou se não pode colocar na frente da escola uma nota do Ideb, que é pública, que é feita pelo Instituto, que é a qualidade de ensino dos nossos estudantes da rede pública. E não precisa mais, deputado Mário de Nadal, sabe por quê? Porque o Conselho Estadual de Educação fez uma resolução do conselho e foi promulgada e homologada pelo Decreto n. 1.584, do governador do estado, que faz exatamente o que a nossa lei estava prevendo: obrigar as escolas a colocarem na frente o índice do Ideb.

Sei que o deputado Darci de Matos entrou com um projeto parecido com o nosso para fazer isso. Então, quero pedir à deputada Luciane Carminatti que pode devolver o projeto, porque ele não tem mais necessidade de continuação, pois enquanto esta Casa ficou sentada em cima pedindo diligências, o Conselho Estadual de Educação foi mais rápido e apresentou a solução. Mais uma vez esta Casa perdeu a oportunidade de exigir que a escolas coloquem na frente a nota do Ideb.

Parabéns ao Conselho Estadual de Educação que viu que o nosso projeto de 2011 era interessante e eles mesmos tomaram a resolução que leio a seguir, também porque alguns parlamentares acham que isso não pode ser feito.

(Passa a ler.)

“Resolução - 011/2013

Fixa normas para as Escolas da Educação Básica, vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino, referentes à obrigatoriedade de publicação e divulgação do Índice de Desenvolvimento Educacional - IDEB, para conhecimento público.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XIV do artigo 25, do Regimento Interno, e do inciso I artigo 7º da Lei n. 9394/96 e do Parecer CEE nº 023/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Resolução fixa normas, estabelecendo a obrigatoriedade da publicação e divulgação, para o conhecimento público, do Índice de Desenvolvimento Educacional - IDEB alcançado pela escola.

Art. 2º As informações relativas à publicação e divulgação do IDEB da Instituição, serão estruturadas e afixadas em local de grande circulação da Escola, objetivando o amplo conhecimento público, e, especialmente da comunidade escolar.

Art. Da publicidade e divulgação deverão constar as seguintes informações:

I. Nome da Instituição (mantenedora) e respectivo CNPJ;

II. Nome da Escola;

III. Conceito do IDEB correspondente a cada ano em que o mesmo foi atribuído;

IV. Meta projetada pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, para cada um dos anos.

Art. 4º A contar da publicação da presente Resolução, a Instituição terá o prazo de 30 (trinta) dias para dar o devido cumprimento ao estabelecido.”[...]sic]

Quero dizer aos srs. pais, à Associação de Pais e aos professores que esta é uma resolução de final de fevereiro e, portanto, no final de março todas as escolas

estaduais deveriam ter a divulgação da nota do Ideb.

Aí pergunto: a escola de seu filho tem? Está lá? Você sabe qual é a nota? Afinal de contas, a nota mostra qual é a qualidade de ensino da escola e do estabelecimento comercial.

Então, quero mais uma vez aqui parabenizar o Conselho Estadual de Educação que viu que a nossa ideia era importante. E digo mais uma vez que fico triste em saber que esta Casa perdeu o *time*, ficou discutindo o sexo dos anjos de algo que é importantíssimo: colocar a placa fixada com a nota do Ideb. E agora perdemos mais uma vez de ter uma lei desta Casa.

Agora estamos fazendo o registro de uma resolução do Conselho Estadual de Educação. Quer dizer que não podemos por que faz gasto? A resolução do Conselho Estadual também não cria gastos? Eles podem e nós não podemos? Perdemos o *time*, ponto negativo para esta Casa.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar com satisfação a presença nesta Casa do Ivo, presidente da Federação dos Pescadores de Santa Catarina há muitos anos, um grande líder da área da pesca em nosso estado, batalhador, organizador das colônias de pesca, defensor da pesca artesanal do nosso estado, que hoje está nos visitando. Ele também tem participação em nível nacional na confederação da pesca do nosso país.

Seja bem-vindo, Ivo! E junto com o Ivo está aqui o Jamir que reside na colônia de pescadores do balneário de Barra do Sul.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Registro a presença nesta Casa do nosso prefeito Hélio José Daltoé, de Descanso, da vereadora Silvana Maria Battisti Bugnotto e dos vereadores Sadi José Liton, Lari Antonio Heinen, Claudir Henz e de Nilson Miguel Gosch.

Também com muita satisfação registro a presença de meus colegas cunhaporenses, a dona Inês, a dona Lóri, de Palmitos, e a Lucinéia, professora em Florianópolis, as quais tiveram oportunidade de conhecer o dia a dia do parlamentar na Assembleia Legislativa catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Esta Casa também cumprimenta a todos que foram citados por ambos os deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Sílvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, a minha fala vai se ater no dia de hoje a um assunto que vem há muito tempo sendo debatido no cenário nacional, mais em especial pelos estados, ou seja, trata da dívida dos estados em relação ao governo federal.

Ao longo dos anos, deputado José Milton Scheffer que foi prefeito de Sombrio, v.exa. sabe muito bem o quanto nos últimos anos os municípios vêm perdendo receita por

conta de uma série de fatores que aumentaram as incumbências, ou seja, os trabalhos, os serviços, as municipalizações, seja da Educação, da Saúde, da Assistência Social, enfim, de muitas atividades que eram compartilhadas com o governo federal, com o governo estadual.

No aspecto de resolver os problemas isso tem sido bom para os cidadãos, ou seja, para as pessoas, porque é nos estados, mais em especial nos municípios que as pessoas têm um pouco mais de acesso, onde o acesso é mais facilitado para resolver os seus problemas, porque é lá que está o prefeito, é lá que estão os vereadores, os secretários. O estado está um pouco mais longe, e a União, muito mais distante. Então, é lógico que as pessoas procuram a aproximação com o poder público local. No entanto, os recursos têm sido centralizados no governo federal.

Por outro lado, os estados ao longo dos anos negociaram suas dívidas com o governo federal. Essas dívidas foram negociadas em época que havia uma inflação muito mais elevada do que nos dias de hoje. Portanto, essas negociações, na época, tiveram uma taxa de juros muito mais elevada do que atualmente, até pela redução da inflação, pela estabilização econômica, entre outros fatores que influenciaram nessa redução de taxas de juros, de encargos sociais. Mas ao mesmo tempo essas negociações, esses contratos, permaneceram ou permanecem até os dias de hoje.

Portanto, o que se paga de juros e de encargos das dívidas dos estados está muito acima daquilo que o próprio governo federal paga dos encargos da sua dívida contraída com instituições financeiras nacionais e internacionais. Mas parece-me que temos um alento, porque vejo no jornal *Diário Catarinense* de hoje: "Novo cálculo da dívida gera economia de 2,2 bilhões ao estado".

Essa é uma boa notícia, porque, se aprovado agora no Senado, certamente, a partir do ano que vem terá efeito para este estado, bem como para outros estados e municípios. E tem municípios com uma dívida muito maior do que o estado de Santa Catarina, como São Paulo que tem uma dívida do município bem maior do que a que temos. Portanto, terá uma redução também maior, mas proporcionalmente é favorável ao estado de Santa Catarina, porque o estado, até o final de 2028, do contrato de empréstimo, do débito com a União, que está estimado em R\$ 5,9 bilhões, reduz esse encargo para R\$ 3,7 bilhões.

Então, se esse projeto for aprovado no Senado, renderia já em 2013 uma redução de R\$ 115 milhões que ficariam nos cofres estaduais, em vez de bancar juros da dívida, já que a mudança do indexador seria retroativa a janeiro deste ano. E a projeção para 2014 é de R\$18 milhões. Obviamente, isso vai colaborar com mais investimentos no estado, que é o que precisamos.

Portanto, será uma boa decisão, se acontecer essa aprovação no Senado em favor dos catarinenses.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Deputado, v.exa. faz uma reflexão muito interessante sobre a questão da dívida. Precisamos ver primeiro por que isso está acontecendo. O governo de Santa Catarina está de parabéns por aproveitar essa oportunidade e fazer essa economia para o povo catarinense. Assim, temos que cumprimentar aqui o governador Raimundo Colombo, o secretário Antônio Gavazzoni, por essa articulação. Mas tudo isso está acontecendo porque muitos municípios e prefeituras grandes, como a de São Paulo e de outros estados, estavam mais do que

sufocados com a sua dívida, não podendo contrair mais nenhum empréstimo.

Quero que seja feita uma reflexão também de que é preciso, sim, rever o pacto federativo e dar mais autonomia e recursos para os municípios e estados. E a União tem que diminuir um pouco a sua sede nas receitas, porque isso está sufocando estados e prefeituras deste Brasil afora.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento.

É importante ressaltar que é preciso fazer um novo pacto federativo para dar condições aos nossos municípios de enfrentarem os problemas do dia a dia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, desejo, aqui, no espaço do PSD, fazer duas observações. A primeira diz respeito ao discurso do eminente, competente e amigo, vizinho deputado Sílvio Dreveck - vizinho da serra, do planalto norte.

O deputado Sílvio Dreveck tem explorado muito essa questão econômica, tem estudado esse tema, colocando muito bem essa perspectiva com o projeto que foi aprovado na Câmara, da renegociação da dívida dos estados com a união, dando um fôlego, deputado Jorge Teixeira, para os estados e consequentemente para os municípios.

V.Exa. tem razão, porque é um absurdo, ao longo dos anos, das décadas, nós produzimos e a grande fatia da arrecadação vai embora para Brasília. Já se fala no montante de 70%, apenas 30% ficam no estado e nos municípios, que é onde a vida das pessoas acontece. Essa arrecadação vai para Brasília, e nós temos que garimpar com pires na mão, os prefeitos, os secretários, ou então emprestar recursos da união. E agora estamos com essa dívida monstruosa, que drena os nossos recursos, mensalmente, anualmente, e essa possibilidade, sr. presidente, da renegociação da dívida é uma luz no fundo túnel. É um alento para o caixa do estado.

O deputado José Milton Scheffer tem razão. Temos que rever o pacto federativo. Não é justo, não é racional, não é possível que 70% daquilo que nós produzimos, deputado Sílvio Dreveck, o senhor já foi prefeito, eu ainda não, mas se Deus quiser ainda pretendo ser, 70% daquilo que produzimos vá embora para Brasília e muitas vezes não volta para os estados e para os municípios. Então, o pacto federativo, sim, tem que ser revisto com extrema urgência.

Sr. presidente, com a sua permissão, desejo falar sobre uma indicação minha, deputado Kennedy Nunes, que deverá ser apresentada e votada nesta Casa, e peço que todos sejam favoráveis, aprovando o Projeto de Lei Complementar n. 237/2012, que altera a Lei Complementar n. 123/2006, que dispõe sobre o estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte.

Sr. presidente, esse assunto é da maior importância para Santa Catarina, sobretudo para as micro e pequenas empresas que se constituem em um dos segmentos que seguram a economia do estado e do país.

Quando falamos, deputado Sandro Silva, de micro e pequena empresa, estamos

falando de 22% PIB do país, de 60% dos empregos gerados no nosso país. Portanto, estamos falando de um segmento que gera postos de trabalhos sustentáveis, que aquece a nossa economia e que precisa e merece a nossa atenção e o nosso apoio.

Esse projeto de lei, sr. presidente, ele na verdade vai aperfeiçoar, readequar, atualizar, a lei geral da micro e pequena empresa do Super Simples, que carece de algumas mudanças ao longo dos anos.

Tenho participado dos eventos da Fampesc, do evento que o deputado Jorginho Mello realizou, aqui, com a Fecomércio, para debater sobre esse tema.

Nós sabemos a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa é de fundamental importância. Mas nós precisamos criar um mecanismo de transição da faixa de faturamento das micro e pequenas empresas para as empresas normais, que é na ordem de R\$ 3,6 milhões, porque da forma que está posta a legislação, hoje, as micro e pequenas empresas são forçadas a permanecerem como micro e pequenas empresas, não possuem nenhum incentivo, nenhum mecanismo que possibilite a elas almejar um crescimento e passar para outra faixa de atuação e de faturamento.

Sr. presidente, precisamos definitivamente tratar da discussão e da aprovação do Simples Trabalhista.

Há muitos anos, deputado Kennedy Nunes, atuamos no ministério do Trabalho, então, conhecemos um pouquinho dessa área. E sabemos que não é justo que uma microempresa que tem três funcionários, por exemplo, venha a ser regrada pela mesma legislação, pela mesma CLT que regra uma multinacional com 20 mil trabalhadores.

Tem alguma coisa errada nisso. Não é justo, não é possível, não é racional. Nós precisamos criar o Super Simples, dar um tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas no que diz respeito à legislação trabalhista, como existe o tratamento diferenciado de crédito tributário, porque é dessa forma, dando tratamento diferenciado e definitivo, amplo e restrito para essas empresas de Santa Catarina e do país que poderemos aquecer a nossa economia e ajudar no desenvolvimento de nosso estado.

Quero parabenizar as Ampes - Associações das Micro e Pequenas Empresas do Estado, que estão organizadas em número maior de 100 em Santa Catarina, sobretudo, deputado Kennedy Nunes, a nossa Ajorpeme, porque a Associação das Micro e Pequenas Empresas de Blumenau é a mais antiga, agora a maior e mais organizada do Brasil é a Ajorpeme - Associação de Joinville e Região de Pequenas, Micro e Médias Empresas.

Portanto, tenho certeza de que poderemos interagir com os parlamentares federais, senadores, na discussão e votação desse projeto de lei que modernizará e adequará à lei geral da micro e pequena empresa. Ela tem que acontecer este ano para que esse segmento tão importante da economia possa ter uma sobrevivência, continuar gerando empregos e aquecendo a nossa economia.

Sr. presidente, também desejo fazer menção às medidas provisórias que aprovamos na semana retrasada, nesta Casa. Naquele momento não foi possível falar, porque havia um grande número de servidores participando da nossa sessão, e eram três medidas provisórias de fundamental importância para Santa Catarina, principalmente para a saúde do nosso povo.

Por isso, parabeno o secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, que faz um excepcional trabalho naquela pasta, a nova secretária da Saúde, Tânia Eberhardt, de Joinville, técnica, competente, corajosa e que demonstrou, há poucos dias na pasta da Saúde, que fará um excepcional trabalho. E quero fazer referência ao nosso governador João Raimundo Colombo que aos poucos vai demonstrando uma forma diferente de governar. Organizou o estado, as finanças, as obras começam a aparecer e aos poucos começa colocar em dia o salário dos servidores de Santa Catarina.

E com relação à Saúde não é diferente. Nós aprovamos a medida provisória da regulamentação, de fundamental importância, aprovamos a medida provisória que repassa recursos *per capita* para os municípios do estado, para fazer frente à questão das demandas dos exames que estão represados nos municípios e no estado e aprovamos a gratificação para os médicos, que é necessária e urgente, porque não temos médicos e precisamos melhorar o salário desses profissionais da saúde.

Deputado Sargento Amauri Soares, quero fazer aqui duas observações. Primeira, quando o presidente do sindicato dos servidores fez algumas afirmações - discordo de algumas, apenas concordo com uma - de que os nossos médicos de Santa Catarina precisam cumprir a jornada, ele tem razão. Ele chamou atenção. E reforço aquilo que foi dito, da tribuna, na semana retrasada, que os nossos profissionais de Medicina, os nossos valerosos médicos catarinenses que salvam vidas, trabalham diuturnamente em nosso estado, mas precisam, no serviço público, cumprir a jornada. É necessário, decente, ético, exigirmos e pedirmos que os médicos cumpram a sua jornada. Mais do que isso, a outra observação é de que temos que continuar interagindo com o governo, discutindo com o secretário da Fazenda e da Saúde, para que possamos implantar aquilo que implantamos na secretaria da Fazenda, aquilo que Minas Gerais faz há muitos anos e a China há mais de 500 anos, que é a meritocracia.

Quem produz mais, quem é mais eficiente, quem é mais dedicado tem que receber de forma diferenciada. Tem que ter um plus, uma gratificação. E aí não podemos abrir mão prioritariamente, deputado Silvio Dreveck, da implantação da meritocracia, do sistema de produtividade para todos os profissionais da Saúde e com o tempo para todos os servidores do estado, principalmente para aqueles que atuam na atividade fim, na ponta da linha, atendendo às pessoas, resolvendo os problemas das pessoas, resolvendo problemas que muitas vezes são difíceis para o povo catarinense, sobretudo na área da Saúde, porque a saúde é imprescindível, a saúde continua sendo para todos nós antes, durante e depois a prioridade das prioridades.

Portanto, deixo aqui o meu registro de que naquilo que eu puder vou atuar para que possamos, ao longo dos anos ou quem sabe brevemente, implantar a meritocracia para todos os servidores da Saúde do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Concedo com muito prazer a palavra ao deputado Moacir Sopelsa, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Kennedy Nunes, é um prazer ser anunciado por v.exa. como representante da bancada do PMDB. E é um prazer também falar em nome da bancada do meu partido.

Cumprimento todos os srs. deputados, as sras. deputadas, a imprensa.

Deputado Kennedy Nunes, falarei sobre as cooperativas de Santa Catarina. Na semana passada, numa quinta-feira, tive a felicidade de, junto com o deputado Reno Caramori, participar de mais um encontro das mulheres cooperativistas, do conhecimento do cooperativismo, mais especialmente das famílias cooperativistas.

Quero dar uma mensagem cumprimentando os dirigentes cooperativistas pelo encontro valorizando a mulher cooperativista. E quando se valoriza a mulher cooperativista com certeza também está se valorizando a família e o jovem.

As mulheres têm no seu dia a dia, nas nossas famílias, nas nossas casas, nos negócios, na presença de todas, nas ações feitas diariamente deputado Volnei Morastoni, presença de espírito nesse trabalho que nos orgulha a todos. E a outra homenagem que quero fazer no dia de hoje é à Cooperativa Alfa, situada em Chapecó, mas espalhada em todo o estado de Santa Catarina, pelos seus 46 anos de existência.

A Cooperativa Alfa surgiu em 29 de outubro de 1967. Foi denominada Cooperativa Tríticula Oeste Catarinense. Depois foi denominada de Cooperativa Mista Agroindustrial de Chapecó Ltda. E atualmente, Cooperativa Agroindustrial Alfa.

Essa cooperativa tem 16.407 associados, 2.372 funcionários e atua no ramo de supermercados, de lojas de insumos e de equipamentos agropecuários. Tem suas principais atividades na produção de soja, de milho, de trigo, de leite, de aves, de suínos, de feijões e de outros cereais.

Fundada em 20 de outubro de 1967 pelos srs. Aury Luiz Bodanese, Setembrino Zanchet e outros 35 agricultores, a cooperativa chega hoje aos seus 46 anos com saúde financeira compatível às melhores e maiores corporações do país, segundo dados publicados pela revista *Exame*. Com base em 2012, a Alfa é a 10ª empresa no ramo da produção agropecuária, com faturamento de US\$ 715 milhões por ano. A cooperativa tem uma projeção inicial para um faturamento, em 2014, de US\$ 1,7 bilhão.

Hoje, em Chapecó, a Câmara de Vereadores, concede ao presidente da empresa, Romeo Bet, pelo reconhecimento do seu trabalho e das suas funções junto com a diretoria da Cooperativa, o título de Cidadão Chapecoense. Importante lembrança da Câmara de Vereadores, dos nobres vereadores do Parlamento de Chapecó, conceder essa honraria que como disse destaca-se entre as melhores e maiores do nosso país.

Quero deixar registrado aqui o nosso reconhecimento, e tenho certeza de que posso falar em nome de todos os parlamentares da Frente Parlamentar do Cooperativismo desta Casa, o reconhecimento da importância do cooperativismo para o nosso estado.

Srs. deputados, a empresa destaca-se principalmente nas atividades que desenvolve no oeste de Santa Catarina, a agricultura, o agronegócio, a produção de leite, de aves, de suínos e de cereais, que está na economia, senão de todos os 295 municípios, mas na grande maioria deles. Tenho certeza de que todos os municípios de Santa Catarina têm no agronegócio a mola mestra do desenvolvimento da arrecadação de impostos para fazer frente aos seus trabalhos.

Aí está o cooperativismo. E hoje homenageio a Cooperativa Alfa, e posso fazer isso em nome de todas as cooperativas de Santa Catarina, que são para todos os catarinenses e brasileiros um exemplo de trabalho e de desenvolvimento.

O cooperativismo que ajuda a agregar, o cooperativismo que ajuda a compartilhar, o cooperativismo que ajuda a cooperar, e é através dele que organizamos os segmentos. E falo sobre o segmento agropecuário porque é aquele que é mais forte dentro do cooperativismo, mas nós podemos falar do cooperativismo na área da saúde, na área dos transportes, na área financeira, no cooperativismo em todos os setores onde as cooperativas estão organizadas.

Também estivemos, no último final de semana, em Palmitos, comemorando os 80 anos de fundação daquela cooperativa, a mais antiga do estado de Santa Catarina. É um exemplo daquilo que é feito e é compartilhado com aqueles que são os seus verdadeiros proprietários, que são os seus associados, em que podemos levar adiante e fortalecermos a economia do nosso estado e do nosso país, desde que nas cooperativas haja pessoas sérias, pessoas competentes, pessoas que querem o desenvolvimento e o bem dos seus associados, como podemos citar o exemplo do estado de Santa Catarina.

Por isso rendo aqui a minha primeira homenagem ao Encontro da Mulher Cooperativista, que foi na quinta-feira passada, ocasião, já disse, em que estavam presentes perto de 900 mulheres, e ao presidente da Cooperalfa, que será hoje na Câmara de Vereadores de Chapecó, uma justa homenagem a quem tem, acima de tudo, espírito cooperativista. E também presto uma homenagem aos 80 anos da Cooperativa A-1, em Palmitos, a mais antiga do estado de Santa Catarina.

Em nome dos seus dirigentes, quero cumprimentar todos os associados, todas as famílias dos seus associados, os dirigentes cooperativistas, especialmente as famílias daqueles que fazem o cooperativismo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Moacir Sopelsa.

Esta Mesa faz o anúncio, com muito pesar, do falecimento, neste instante, do dr. Paulo Henrique Blasi, pai do ex-deputado, hoje desembargador do Tribunal de Justiça, nosso sempre amigo João Henrique Blasi.

Então, ao nosso amigo Blasi as nossas mais profundas condolências por este momento difícil em que passa a sua família.

Portanto, anunciamos, com pesar, o falecimento do dr. Paulo Henrique Blasi.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Dado Cherem.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Dado Cherem, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dois minutos, que irá falar, com certeza, o assunto saúde.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - V.Exa., sr. presidente, acertou, vou falar sobre saúde, sobre um tema especial, que é obesidade.

Obesidade será tema de uma reunião ampliada da nossa comissão de Saúde,

amanhã, quarta-feira, das 10h ao meio-dia, no plenarinho, um tema alusivo também ao Dia Mundial da Alimentação, que transcorreu no dia 16 de outubro. E no dia 11 de outubro também foi o Dia Mundial do Combate à Obesidade.

Por isso não poderíamos deixar passar em brancas nuvens esse tema que permeia hoje o mundo todo. A obesidade é uma epidemia que se alastra pelo mundo, se alastra pelo Brasil, por Santa Catarina e por cada uma das nossas cidades.

Por isso essa reunião. E todos que acompanharam as últimas reportagens puderam ver que os noticiários já começaram a trazer notícias a esse respeito quase que diariamente.

Estamos com mais de 50% da população brasileira com excesso de peso. O índice de obesidade é 17%, e é um índice altíssimo, e somado ao sobrepeso chega a 54%. Portanto, obesidade mais sobrepeso.

Essa determinação da obesidade e do sobrepeso é feita por uma fórmula muito simples, cujo resultado nos dá o índice de massa corporal. Para se calcular o índice de massa corporal divide-se o peso da pessoa pela sua estatura ao quadrado. Isso vai dar um índice, que se estiver entre 18 e 25, pode-se dizer que a pessoa está normal; se estiver abaixo de 18, a pessoa começa a ter magreza grau 1, 2, e 3, conforme mais baixo for; se estiver entre 25 e 30 é sobrepeso. E se estiver acima de 30 começa a obesidade: de 30 a 35, a obesidade grau 1; de 35 a 40, obesidade grau 2; e acima de 40, obesidade grau 3. Inclusive, é um índice utilizado para as decisões sobre a cirurgia bariátrica, nos casos de obesidade.

Portanto, quando dizemos que mais de 50% da população estão com excesso de peso - o excesso de peso é a soma do sobrepeso e da obesidade - é porque já estão com índices de massa corporal mais elevados. Não utilizamos o índice de massa corporal em algumas circunstâncias, quando temos pessoas mais jovens que têm mais massa muscular - atletas, pessoas que fazem academia. Então, às vezes, o índice de massa corporal pode dar um dado falso, e aí utilizamos o percentual de gordura. Mas, de um modo geral, o índice de massa corporal é o mais utilizado.

Agora, esse problema, que acaba se transformando num problema de saúde pública, está justamente em grande parte relacionado com a alimentação inapropriada, com os excessos de sal, de açúcares e das gorduras. E agora também estamos abrindo um capítulo especial, que é o do excesso de trigo.

O brasileiro consome uma média de 12g de sal por dia. As universidades e o ministério da Saúde têm estudos mostrando que o máximo a ser consumido seriam 5g por dia. Portanto, o ministério da Saúde já iniciou diversas conversações com a indústria brasileira da alimentação para que de 2011, 2012 e 2013, quando começaram essas conversações, até 2022, 2025 o brasileiro possa gradualmente ir reduzindo de 12g para 5g o consumo de sal por dia. Começa pelo pãozinho francês de cada dia e depois vai para os derivados de milho - salgadinhos de milho -, as massas prontas para bolo, o macarrão instantâneo, e depois vai para vários produtos que estão nessa relação inicial. E o ministério também começou as discussões sobre o excesso das gorduras e assim por diante.

Todos nós sabemos que Hipócrates, que é o pai da medicina, deputado Moacir Sopelsa, 460 a.C., e já faz tempo - dizia: "Que o teu alimento seja o teu medicamento".

Então, a alimentação saudável está realmente na base de todo esse problema que

estamos vivendo em relação ao sobrepeso e à obesidade.

Se por um lado temos os excessos, deputado Dado Cherem, por outro lado temos as carências. Então, o consumo de frutas, verduras e, consequentemente, de vitaminas e sais minerais é muito aquém do necessário. Em média, não chega a 20% ou 30% dos brasileiros que consomem cinco porções de fruta por dia - os brasileiros consomem, sim, cinco porções de refrigerantes por dia. Então, esse índice é alcançado. Mas, se formos considerar as frutas e as verduras, não veremos, infelizmente, essa proporção adequada de consumo, que seria tão necessária para termos uma alimentação mais equilibrada também em relação à população brasileira em todas as idades e em todas as camadas sociais.

Esse problema encontramos entre as crianças do Bolsa Família, nas crianças, nos jovens, nas pessoas da classe média e membros das famílias mais abastadas. Portanto, é um problema generalizado. E esse é um dado importante, porque vemos a falta de informação. Muitas vezes a falta de informação, orientação e educação nesse sentido leva a toda essa epidemia generalizada e a todos esses distúrbios alimentares. E junto com eles os problemas das comorbidades, porque não é só o problema da obesidade, junto com a obesidade temos as comorbidades, que chamamos. Aí entra o câncer, o diabetes. A epidemia de diabetes tipo II, está justamente relacionada com isso.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado Volnei Morastoni, seu tema é extremamente pertinente, muito atual, diga-se de passagem, e tenho sempre dito que vivemos a geração dos "inhos" e das "inhas", ou seja, bolachinha, lanchinho, salgadinhos, coxinha. É uma luta muito desigual, porque a indústria alimentícia é muito forte.

V.Exa. pode observar que os governos têm poucos recursos para fazer propagandas em cima da obesidade, do sobrepeso. A indústria alimentícia investe milhões, pegando artistas famosos, pessoas que não poderiam estar ali, mas que estão ali vendendo esses produtos, que todos nós sabemos ser nocivos à saúde infantil.

Hoje em dia, o pai quando vai pagar a conta no supermercado, na altura dos olhos da criança tem chocolate no caixa do supermercado. Observa-se de que maneira eles usam isso.

Então, deputado Volnei Morastoni, é uma questão de determinação, de vontade política. No próprio Congresso existem leis tentando proibir esse tipo de propaganda que afeta a saúde. V.Exa. como médico e pediatra sabe muito bem que uma criança obesa é um adulto doente, não tem como escapar disso.

Então, é uma guerra, como foi contra o cigarro, o álcool. Quem não gosta de uma guloseima, deputado Volnei Morastoni, quem não gosta? Nós adultos gostamos, imagine todos os dias na cabeça de uma criança. Com certeza, é um tema delicado mas muito importante. Aparentemente, uma guloseima não faz mal, mas pode ser tão prejudicial quanto qualquer outro produto que estamos acostumados a ver por aí.

Então, deputado Volnei Morastoni, v.exa. como um pediatra fazendo agora uma pós-graduação em alimentação saudável sabe do que estamos falando. Por isso fico feliz que v.exa. tenha levantado essa bandeira, e continue assim, porque é muito importante a toda essa geração de crianças.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Muito obrigado, deputado Dado Cherem, é muito importante a sua manifestação que veio complementar e enriquecer a minha fala.

Acho que esta Casa cumpre um papel importante. Agora, essa lei de regulamentação emana em primeiro lugar do Congresso Nacional. Mas a Assembléia Legislativa cumpre um papel importante, e devemos acompanhar essa situação.

A nossa preocupação foi trazer esse tema à discussão e colocá-lo na agenda oficial da nossa comissão de Saúde, para que possamos debatê-lo em outras reuniões, em outras oportunidades.

Sabemos que precisamos vencer essa situação. E como v.exa. bem falou, já enfrentamos o tabagismo, o álcool. Agora, temos a questão da alimentação. Aí a família cumpre um papel importante, a escola cumpre um papel importante, as empresas, os governos em todos os níveis, também as entidades sociais, comunitárias e os próprios meios de comunicação. Infelizmente, as crianças já na mais tenra idade, na idade pré-escolar, na idade escolar, passam parte do dia diante da televisão e são bombardeadas por essa publicidade que também precisa ser acompanhada por nós todos. Então, faz-se necessário tomarmos medidas sobre todas essas situações aqui.

Esse tema será debatido, amanhã, na comissão de Saúde. Todos estão convidados, e é apenas um primeiro passo para ampliarmos esse debate.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente deputado Kennedy Nunes, srs. deputados, sra. deputada, pessoas que nos acompanham pela TVAL e também pela Rádio Digital da Assembleia Legislativa, Primeiramente gostaria de lamentar a morte do pai do nosso suplente de vereador, de Joinville, Valdemar Batisti. O seu enterro foi agora, às 15h. Então, os nossos sentimentos ao Valdemar Batisti, nosso suplente de vereador, do PPS, lá de Joinville, por essa perda tão dolorosa, que é a perda do seu pai.

Gostaria de dizer também, presidente, que recebi em meu gabinete, liderados pelo seu presidente, integrantes do Sindiótica de Santa Catarina, que estão passando de gabinete em gabinete, conversando com os deputados, falando sobre o projeto de lei do deputado Darci de Matos, do qual o deputado Serafim Venzon é o relator, que exige a presença de um técnico em ótica em cada estabelecimento que venda óculos.

Hoje não é raro encontrarmos em todos os lugares, nas praias, por exemplo, até em lojas de 1,99, a venda de óculos de grau, inclusive. A venda de óculos de sol já é conhecida, pois em qualquer lugar se vende, mas também hoje em dia não é difícil encontrar óculos de grau de 0.5 até 4.0. E as pessoas acabam comprando óculos a R\$ 15,00, sem nenhum encaminhamento médico, sem ter passado por um oftalmologista.

Realmente, é um problema grave, um problema de saúde pública, porque esses óculos quando mal utilizados, quando mal adquiridos, acabam prejudicando a visão, e essas pessoas que compram esses óculos de forma errada acabam indo parar na rede

pública para terem seus problemas de visão sanados.

Portanto, estamos apoiando o projeto de lei do deputado Darci de Matos e estamos fazendo uma emenda para que esses técnicos sejam formados em órgãos certificados em instituições no seu estado. Então, aqui fica o nosso apoio.

Também quero falar, presidente, sobre um projeto de lei que estamos dando entrada na Casa, sobre um assunto que falei na semana passada, sobre os pais, os servidores públicos que têm filhos especiais e que às vezes são obrigados a trabalhar muito distante de suas casas.

Esse nosso projeto de lei exige que os funcionários que são pais, que têm pessoas com necessidades especiais na família, portadores de deficiência, que trabalhem no máximo a 50 quilômetros de distância da sua casa, para que possam ir ao trabalho e estar em casa todos os dias, para poder auxiliar no cuidado dessa pessoa portadora de deficiência.

Digo isso porque na semana passada relatei um caso em que um funcionário da Casan foi transferido de Garuva para Acurra, 200 quilômetros longe da sua casa, e tem uma pessoa com deficiência em casa, que fica apenas com a sua mãe e mais cinco irmãos, e a mãe tem dificuldade para cuidar dessa pessoa sozinha.

Então, estamos entrando com esse projeto de lei exigindo que o servidor público que tenha um filho portador de deficiência, algum membro da família que seja portador de deficiência, que trabalhe no máximo a 50 quilômetros de distância da sua residência, para que possa prestar esse auxílio à sua família também.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSOL.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, quem nos acompanha nesta sessão, quero só registrar que na manifestação anterior tinha me referido à criança de Lages que estava sem vaga de UTI para queimados. E foi divulgado pela imprensa, hoje, ao meio-dia, veículo da RBS TV, que a tal criança foi transferida, de avião, para Porto Alegre.

Então, o governo do estado, a secretaria da Saúde, conseguiu a vaga na cidade de Porto Alegre para que aquela criança de Lages fosse atendida de forma adequada como o caso exige. Não obstante, o deputado Volnei Morastoni sabe que no ano passado, há um ano, a notícia era que se estava fechando duas vagas para crianças queimadas no Hospital Infantil de Joinville, e a alegação é que não tinha demanda no estado de Santa Catarina para tanta criança queimada.

Portanto, só quero fazer este registro, do ponto de vista da crítica ao fato de terem desmobilizado dez vagas de queimados. Evidentemente que é um serviço caro, mas quero dizer que o governo não deixou na mão e com justiça transferiu hoje de Lages para Porto Alegre para garantir o atendimento.

O Sr. Deputado Dado Cherem - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Concedo um aparte ao deputado Dado Cherem.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Deputado, inclusive foi manifestação minha

contrária na época à desativação desses leitos na cidade de Joinville, porque quando acontece não tem vaga, só em Lages.

Então, Lages fica comprometida com o excesso de pacientes. E agora o governo teve que alugar uma aeronave para outro estado, mas se tivesse mantido pelo menos aquelas vagas, com certeza não passaríamos por isso.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Certo, e muito obrigado pelo seu aparte. Realmente acaba ficando mais caro mobilizar toda uma equipe de profissionais para que se possa fazer esse transporte, essa remoção para outro estado. Mas vale, sim, com certeza, o registro de v.exa. que toda estrutura que conseguirmos manter em Santa Catarina é melhor para a sociedade catarinense no seu conjunto.

Faço reverência ao Dia do Servidor Público, no dia de ontem, 28 de outubro, e leio aqui a manifestação uma nota do Sindalec, Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa, relativa a esse dia.

É do Sindalec, mas vale para o conjunto dos servidores públicos, até porque faz essa abordagem é bastante geral:

(Passa a ler.)

"Neste dia 29 de outubro, o Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Sindalec) parabeniza os trabalhadores no serviço público pelo seu dia. Queremos manifestar nossa solidariedade a todas as categorias que lutam por melhores condições de trabalho, salário digno e respeito.

O serviço público deve garantir o bem-estar social e o fortalecimento do Estado. Lutamos porque entendemos que somente através de uma gestão pública eficiente, que valorize a prestação de serviços essenciais ao cidadão, o Estado, de fato, estará exercendo suas atribuições constitucionais em defesa do coletivo.

O servidor público é o agente que atua diretamente na sociedade e a valorização deste trabalhador é essencial à administração do Estado. Em Santa Catarina, o funcionário público, principalmente aquele que presta serviço essencial ao cidadão, trabalha doente, é submetido a escalas de trabalho aviltantes, sofre assédio moral e em muitos casos é impossibilitado de tratar de sua saúde para não sofrer perdas em seu salário. Isto precisa acabar!

Repudiamos o Estado mínimo, a terceirização e defendemos o concurso público, porque acreditamos que somente através da contratação de servidores concursados, especializados e capacitados a exercerem suas atividades o Estado estará livre do apadrinhamento político, do nepotismo e de interesses privados." [...]sic]

Aí então a nota do Sindalec no dia de hoje em alusão ao Dia do Servidor Público, que foi ontem.

Nós queremos ainda registrar que esse combate à terceirização que temos feito, os movimentos populares de esquerda, não é um combate aos terceirizados, que aliás é um conjunto de aviltados. Portanto, queremos registrar que o trabalhador terceirizado, inclusive, precisa se conscientizar e ajudar a lutar pelo concurso público, porque é a maneira mais eficiente de garantir tratamento digno e não um salário miserável para o trabalhador e um contrato milionário para a empresa que o contrata.

Portanto, parabéns a todos os servidores públicos pelo seu dia. A luta precisa continuar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0363/2013, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Abdon Batista (Unidade Básica de Saúde).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação, de Trabalho e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0427/2013, de procedência governamental, que autoriza doação de imóvel no município de Dona Emma (Unidade Básica de Saúde).

Conta com parecer favorável das comissões de Justiça, Finanças, Trabalho e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0412/2013, de procedência

governamental, que autoriza doação de imóvel no município de Coronel Freitas (Unidade Básica de Saúde).

Conta com parecer favorável das comissões de Justiça, Finanças, Trabalho e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, para hoje, às 16h05m, para votarmos a redação final desses projetos.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 029ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2013 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 16:30h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s: 0363/2013, 0427/2013 e 0412/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0725/2013, 0726/2013, 0727/2013, 0728/2013, 0729/2013, 0730/2013, 0731/2013, 0732/2013, 0734/2013, 0735/2013, 0736/2013, 0737/2013, 0738/2013 e 0739/2013, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica também que defere os Requerimentos n.s 1.143/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari; 1.144/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 1.145/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Requerimento n. 1.146/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicite

ao presidente da Rede Bela Aliança de Televisão, de Rio do Sul, providências para ampliar o sinal do canal de TV da RBA, no município de Santa Terezinha, com transmissor para os distritos de Rio das Antas, Craveiro e comunidades vizinhas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Gostaria de apresentar a sugestão de um requerimento a ser enviado à secretaria da Saúde, com relação aos mutirões.

O governo do estado implantou o sistema de mutirão, e esse controle está sendo feito não pela secretaria de estado, mas por 25 concorrentes do estado. E em minha opinião concorrem no termo real, ou seja, acabam impedindo a execução de fato do programa de mutirões.

Infelizmente, esse programa foi implantado para atender àqueles que estão nas filas de espera do SUS, mas isso não está ocorrendo. Está havendo uma interferência política muito grande, e as autorizações de internação hospitalar dos mutirões estão sendo negadas por questões políticas.

Por isso, que no meu entender, quem deveria liberar a AIH do mutirão tinha que ser a secretaria de estado e não as 26 concorrentes que existem dentro do estado, que são as 26 gestões plenas. E é a falta de gestão dessas

26 gestões plenas que está fazendo com que haja essa fila tão grande. E não acredito que passem de 600 mil ou 700 mil pessoas na fila de espera.

Então, faço a entrega desse requerimento a v.exa. para ser encaminhado à secretária da Saúde, à sra. Tânia Eberhardt.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Eu queria aproveitar para convidar todos os srs. deputados, especialmente os deputados da comissão de Agricultura e Política Rural, para uma audiência pública que vai debater a criação de cargos de fiscais estaduais agropecuários.

E todos os deputados que puderem participar estarão, com certeza, contribuindo muito para uma questão que vem ao debate neste momento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Feito o registro pelo presidente da comissão, deputado Moacir Sopelsa, ficam convocados os seus membros e demais deputados para uma reunião.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para o horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 050/13

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício TC/GAP/Nº - 185/2013 Florianópolis, 28 de janeiro de 2013
Ref. Projeto de Resolução - Alteração de Lei Complementar 255/2004
Exmo. Sr.

Deputado **Joares Ponticelli**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, tenho a honra de submeter à apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa o Projeto de Lei que propõe alteração na Lei Complementar nº 255, de 12 de janeiro de 2004, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal, Cargos, Funções e Vencimentos dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, aprovado em Sessão Ordinária realizada em 27 de novembro de 2013 deste Tribunal.

As razões de fato e de direito que me levam a propor o presente Projeto de Lei são as constantes da Exposição de Motivos submetida ao Pleno do TCE (cópia anexa) e contido no Processo PNO 13/00724860, cujo teor faço juntar ao presente.

Certo da colhida por Vossa Excelência e seus dignos pares ao pleito ora apresentado, colho de ensejo para renovar protestos de elevado e distinguido apreço.

Atenciosamente,

Conselheiro **Salomão Ribas Junior**

Presidente TCE/SC

Lido no Expediente

Sessão de 03/12/13

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimos Senhores Conselheiros e Auditores

Após uma intensa rediscussão do conteúdo de Anteprojetos anteriores com o objetivo de alterar dispositivos da Lei Complementar nº 255, de 12 de janeiro de 2004 (Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores do Tribunal de Contas), volto à presença de Vossa Excelências com uma proposta que imagino aproximar-se mais do ideal de consenso entre os múltiplos interesses que cercam um assunto dessa natureza.

Assim é que, na essência, foram mantidas algumas soluções imaginadas anteriormente pelos Grupos de Estudos que atuaram no passado, especialmente quanto:

- a) restabelecimento da promoção por merecimento;
- b) alteração quanto à gratificação de pós-graduação;
- c) gratificação de desempenho e produtividade;
- d) conversão em pecúnia de 1/3 (um terço) do valor da licença prêmio na forma que especifica;
- e) aumento do piso de vencimento até o limite de 20% (vinte por cento), a ser implementado gradualmente;

Nesta Proposta foram consideradas e reconsideradas diversas reivindicações e sugestões dos mais variados setores de atividades do Tribunal de Contas.

O que restou com relativo consenso dessas discussões está consubstanciado nos dispositivos que integram o anexo Anteprojeto de Lei que, se aprovado pelo Plenário do Tribunal de Contas, será submetido à apreciação da Egrégia Assembleia Legislativa.

Em linhas gerais, propõe-se:

- a) eliminação de vinculações à lei de matéria mais adequadamente disciplinável por Resolução do próprio Tribunal de Contas;
- b) preenchimento dos cargos de "Assessor Especial de Auditor" e "Assessor Especial de Conselheiro" preferencialmente por servidores efetivos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas;
- c) manutenção do nome do cargo "Auditor Fiscal de Controle Externo", com base em pesquisa de opinião realizada com servidores ocupantes do cargo de provimento efetivo de Auditor de Controle Externo, bem como manutenção dos nomes dos cargos efetivos de "Técnico de Atividades Administrativas e de Controle Externo" e de "Auxiliar de Atividades Administrativas e de Controle Externo";
- d) extensão da estabilidade financeira à Direção Superior;
- e) adequação da norma que trata dos reajustes e revisões gerais anuais concedidos aos servidores do Tribunal de Contas;
- f) criação de 2 (duas) Diretorias Técnicas (uma de Contas do Governo e outra de Recursos), com a correspondente estrutura, 1 (uma) Diretoria Administrativa (de Gestão de Pessoas), com estrutura necessária, e Coordenações e Assessorias específicas para atender áreas especializadas e auxiliares do Tribunal de Contas;

g) majoração uniforme do percentual, correspondente ao fator multiplicador dos índices de gratificação de desempenho e produtividade, em relação às atividades de nível básico, médio e superior;

h) majoração do índice (fator multiplicador pelo piso de vencimento do Tribunal) da função de confiança TC-FC-2 de 1,6 para 2,0 pisos (Anexo VI);

i) concessão de auxílio adicional aos servidores ativos e inativos do Tribunal no valor de R\$ 4.000,00 (quatro de mil reais).

Anexo, por oportuno, cópia da Exposição de Motivos constantes do Processo PNO 13/00342312, de Relatoria do Conselheiro Julio Garcia, Processo este, que mediante solicitação desta Presidência, foi devolvido para fins de arquivamento, em razão da constituição do presente Processo Normativo.

Em anexo, também, a repercussão financeira do presente projeto de resolução, na forma da lei.

Convicto de que o presente Anteprojeto de Lei caracteriza-se pela valorização do servidor público desta Corte de Contas e pelo aprimoramento da Instituição, submeto-o à apreciação do Egrégio Plenário.

Florianópolis, 14 de novembro de 2013.

Conselheiro **Salomão Ribas Junior**

Presidente

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0050.6/2013

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 255, de 12 de janeiro de 2004 e da Lei Complementar nº 297, de 26 de agosto de 2005 e dá outras providências.

Art. 1º Os arts. 2º, 6º, 25, 26, 27, 29 e 31-A da Lei Complementar nº 255, de 12 de janeiro de 2004, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º

III - Cargo de Provimento em Comissão - cargo a ser ocupado pelo servidor no Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, criado por lei e por ela declarado de livre nomeação e exoneração, destinado às atividades de direção, chefia e assessoramento.

.....". (NR)

"Art. 6º

Parágrafo único. Os cargos de provimento em comissão de direção e assessoramento superior destinados aos órgãos auxiliares de controle, de consultoria e controle e de apoio técnico e administrativo serão preenchidos exclusivamente por servidor efetivo do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas e os cargos de Assessor Especial de Auditor e Assessor Especial de Conselheiro serão preenchidos preferencialmente por servidor efetivo do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas." (NR)

"Art. 25.....

Parágrafo único. Incidirá sobre o valor do vencimento dos cargos de provimento em comissão de Diretor-Geral de Controle, Diretor-Geral de Administração e Planejamento e Chefe de Gabinete da Presidência, codificados como TC/DAS-5, a gratificação de representação correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o respectivo vencimento, aplicando-se o inc. II do *caput* do art. 31-A desta Lei Complementar." (NR)

"Art. 26.....

§ 3º Incidirá sobre o piso de vencimento os reajustes e as revisões gerais anuais concedidos aos servidores do Tribunal de Contas." (NR)

"Art. 27. Ao servidor do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas que comprovar a conclusão de curso de pós-graduação em área do conhecimento diretamente relacionada com as atividades administrativas ou de controle externo do Tribunal de Contas será concedido Adicional de Pós-Graduação incidente sobre o vencimento do último nível e referência de seu cargo de provimento efetivo, nos seguintes percentuais não-cumulativos:

I - 15% (quinze por cento) para os servidores com pós-graduação ao nível de especialização;

II - 20% (vinte por cento) para os servidores com pós-graduação ao nível de mestrado;

III - 25% (vinte e cinco por cento) para os servidores com pós-graduação ao nível de doutorado.

.....
 § 2º Ao servidor que comprovar ter concluído outro curso de graduação nas habilitações exigidas para ingresso no cargo de Auditor Fiscal de Controle Externo será concedido adicional de curso superior complementar, correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor do vencimento do último nível e referência de seu cargo efetivo, não-cumulativo com a gratificação prevista no *caput* deste artigo, aplicando-se o disposto no § 1º deste artigo.”

.....
 § 4º O percentual previsto no § 2º deste artigo será de 5% (cinco por cento) caso o servidor opte pela sua acumulação com o adicional previsto no *caput* deste artigo.” (NR)

“Art. 29. Aos servidores em efetivo exercício no Tribunal de Contas é assegurada a percepção de Gratificação de Desempenho e Produtividade calculada sobre o piso de vencimento até o valor máximo estabelecido no Anexo X desta Lei Complementar, condicionada à avaliação funcional individual do servidor conforme critérios e periodicidade disciplinados em ato normativo do Tribunal de Contas, que levará em conta a ponderação, entre outros, dos seguintes indicadores de competência:

- I - comprometimento, qualidade e produtividade no trabalho;
- II - trabalho em equipe e relacionamento interpessoal;
- III - disciplina

.....
 § 2º A gratificação prevista neste artigo integrará os proventos de aposentadoria dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas como vantagem pessoal nominalmente identificável, calculada com base na média dos percentuais percebidos pelo servidor nos últimos vinte e quatro meses de efetivo exercício, incidindo sobre a vantagem pessoal o percentual de reajuste e revisão geral concedido a qualquer título aos servidores do Tribunal de Contas. ~~e o percentual de majoração dos índices fixados no Anexo X desta Lei Complementar.”~~

.....
 § 4º Ao servidor titular de cargo efetivo do Tribunal de Contas, que estiver exercendo cargo em comissão no Tribunal, será dado o direito de optar pela percepção do valor da Gratificação de Desempenho e Produtividade do cargo em comissão ou de seu cargo efetivo.

.....
 § 7º O valor da Gratificação de Desempenho e Produtividade será acrescido em até 20% (vinte por cento) a título de atingimento de metas institucionais, quando oficialmente estabelecidas em ato normativo pelo Tribunal.” (NR)

.....
 “Art. 31-A.

.....
 § 5º

.....
 III - pelo vencimento do cargo efetivo, acrescido da vantagem nominal conquistada e do valor correspondente a 20% (vinte por cento) do vencimento do cargo comissionado ou do valor da função, aplicando-se aos beneficiários das vantagens dos arts. 90 e 91 da Lei n. 6.745, de 1985.

IV - pelo vencimento do cargo efetivo, acrescido da vantagem pessoal nominal conquistada e do valor correspondente à nova gratificação de atividade especial concedida, aplicando-se aos beneficiários das vantagens dos arts. 90 e 91 da Lei n. 6.745, de 1985.

..... ”. (NR)

Art. 2º Fica acrescido à Lei Complementar n. 255, de 2004, o art. 35-A com a seguinte redação:

“Art. 35-A. A promoção por merecimento implica a movimentação do servidor da referência em que se encontra para até duas referências imediatamente superiores, independentemente da promoção por antiguidade.

§ 1º A promoção por merecimento dar-se-á a cada dois anos, mediante a observância dos critérios e respectiva pontuação fixados em ato normativo do Tribunal de Contas.

§ 2º Não fará jus à progressão o servidor que, durante o período avaliado:

- I - estiver cedido ou à disposição, salvo em razão de convocação ou requisição legal;
- II - estiver em licença para tratamento de assuntos particulares ou para acompanhar cônjuge ou compa nheiro(a);
- III - estiver em licença para concorrer a cargo eletivo;
- IV - estiver em licença para exercer mandato eletivo;
- V - contar com falta injustificada;

VI - não tiver atingido a pontuação mínima para a gratificação de desempenho produtividade no interstício de dois anos;

VII - tiver sofrido penalidade disciplinar.

§ 3º A ocorrência da promoção ficará condicionada ao atendimento do limite de despesa com pessoal previsto na Lei Complementar Federal n. 101, de 04 de maio de 2000, sendo que a verificação posterior de conformação ao disposto na lei autorizará a efetivação das promoções não realizadas.

§ 4º A pontuação remanescente ou não utilizada em uma promoção não poderá ser aproveitada para as promoções subsequentes, salvo na hipótese prevista no § 3º deste artigo.

§ 5º O sistema de avaliação para promoção por merecimento será regulamentado em até 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir da publicação desta Lei Complementar.”

Art. 3º A promoção por antiguidade será aplicada, no mês de ingresso do servidor no cargo efetivo, aos servidores ativos e inativos, cujos atos de inativação se deram a partir da publicação da Lei Complementar n. 496, de 26 de janeiro de 2010, vedados efeitos financeiros retroativos, aplicando-se nos anos subsequentes o disposto nos arts. 33, 34, 35 e 37 da Lei Complementar n. 255, de 2004.

Parágrafo único. Será considerado para fins de promoção o período que o servidor permaneceu no último nível e referência do cargo efetivo, aplicando-se para cada ano a elevação de uma referência, até o limite regrado em lei.

Art. 4º A requerimento do servidor ativo do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas de Santa Catarina, 1/3 (um terço) da licença-prêmio de cada quinquênio poderá ser convertido em pecúnia, sendo seu valor correspondente à remuneração devida ao servidor no mês da conversão.

§ 1º É vedada mais de uma conversão por exercício.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos servidores em estágio probatório.

Art. 5º As alterações e inovações promovidas através desta Lei Complementar serão aplicadas de acordo com as metas da administração e possibilidades administrativas, orçamentárias e financeiras do Tribunal de Contas.

Art. 6º De forma gradual, em parcelas anuais, na mesma data fixada no *caput* do artigo 1º da Lei Complementar n. 496, de 2010, fica o Tribunal de Contas autorizado a conceder, por ato próprio, aumento do piso de vencimento até o limite de vinte por cento, preservando-se o equilíbrio entre as receitas e as despesas e observados os limites legais para despesas com pessoal do Órgão, sem prejuízo da revisão de que trata o referido artigo.

Art. 7º Ficam extintos na data da publicação desta Lei Complementar os cargos vagos indicados no Anexo VIII desta Lei Complementar.

Art. 8º Os Anexos I, II, III, IV, V, IX e X da Lei Complementar n. 255, de 2004, passam a vigorar com a redação constante dos Anexos I, II, III, IV, V e VI e VII desta Lei Complementar.

Art. 9º As adequações funcionais decorrentes desta Lei Complementar serão efetuadas por ato do Presidente do Tribunal de Contas.

Art. 10. O atual sistema de avaliação de desempenho e produtividade dos servidores do Tribunal de Contas será aplicado até que concluídas as modificações nos instrumentos normativos e de avaliação decorrentes da alteração do art. 29 da Lei Complementar n. 255, de 2004, através desta Lei Complementar.

Art. 11. Aos servidores inativos do Tribunal de Contas, fica acrescido à Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) prevista no art. 29, § 2º, da Lei Complementar nº 255/2004, o percentual de 23,52% (vinte e três vírgula cinquenta e dois por cento).

Art. 12. As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 13. Ficam revogados o inc. IV do art. 3º e o inc. III do art. 4º da Lei Complementar n. 255, de 2004.

Art. 14. Fica concedido, no mês de dezembro de 2013, em parcela única, auxílio adicional ao previsto no art. 1º da Lei nº 10.060, de 29 de dezembro de 1995, no art. 13 da Lei Complementar nº 496, de 26 de janeiro de 2010 e no art. 15 da Lei Complementar nº 367, de 07 de dezembro de 2006, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a todos os integrantes do corpo funcional do Tribunal de Contas de Santa Catarina, ativos e inativos, e aos que se encontram à disposição ou em exercício no Tribunal.

Art. 15. Incidirá sobre o valor do vencimento dos cargos de provimento em comissão de Diretor Geral de Administração e Planejamento e de Diretor Geral de Contas Públicas do Ministério

Público junto ao Tribunal de Contas a vantagem financeira de que trata o art. 25, parágrafo único, da Lei Complementar nº 255/2004, com a nova redação prevista nesta Lei Complementar.

Art. 16. Aplicam-se aos servidores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas as vantagens financeiras previstas no art. 26, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 255/2004, com a nova redação prevista nesta Lei Complementar, e os arts. 4º, 6º, 11 e 14 desta Lei Complementar.

Art. 17. Os Anexos II, III, IV, V e VI da Lei Complementar nº 297/2005, ficam substituídos na forma prevista no Anexo Único do

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, desta Lei Complementar.

Art. 18. As despesas decorrentes da aplicação dos arts. 15 a 17 correrão por conta das dotações orçamentárias da Procuradoria Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.”

Art. 19. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, novembro de 2013.

Conselheiro Salomão Ribas Junior
Presidente

ANEXO I

(Anexo I da Lei Complementar n. 255, de 12 de janeiro de 2004)

Estrutura dos Cargos Efetivos Permanentes do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas

CARGO	HABILITAÇÃO	NÍVEL	REFE-RÊNCIA	QUANTI-DADE DE CARGOS
Auditor Fiscal de Controle Externo	Nível Superior em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências da Computação, Direito e Engenharia	13 a 16	A a I	450
Técnico de Atividades Administrativas e de Controle Externo	Nível Superior em Arquivologia, Biblioteconomia, Comunicação Social, Letras, Jornalismo, Pedagogia, Sistemas de Informação, Fisioterapia, Enfermagem, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia e Serviço Social	13 a 16	A a I	90
Auxiliar de Atividades Administrativas e de Controle Externo	Certificado de conclusão do ensino médio e habilitação profissional específica (2º Grau)	8 a 11	A a I	100
TOTAL				640

ANEXO II

(Anexo II da Lei Complementar n. 255, de 12 de janeiro de 2004)

Estrutura dos Cargos Efetivos em Extinção do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas

CARGO	CÓDIGO	NÍVEL	REFE-RÊNCIA	QUANTI-DADE DE CARGOS
Auxiliar Administrativo Operacional-I	TC-ONB	1 a 4	A a I	16
Auxiliar Administrativo Operacional-II	TC-ONB	4 a 7	A a I	
Advogado	TC-ONS	13 a 16	A a I	2
Analista de Sistema	TC-ONS	13 a 16	A a I	1
Contador	TC-ONS	13 a 16	A a I	1
Economista	TC-ONS	13 a 16	A a I	1
Analista em Informática	TC-ONS	13 a 16	A a I	1
Analista Técnico Administrativo II	TC-ONS	13 a 16	A a I	2
Técnico de Atividades Administrativas	TC-ONM	8 a 11	A a I	3
Técnico Judiciário Auxiliar	TC-ONM	8 a 11	A a I	1
Investigador Policial	TC-ONM	8 a 11	A a I	1
Motorista Oficial	TC-MOO	4 a 7	A a I	15
TOTAL				44

ANEXO III

(Anexo III da Lei Complementar n. 255, de 12 de janeiro de 2004)

Quantitativos dos Cargos em Comissão do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE
DAI-5	Auxiliar de Gabinete	20
<i>Subtotal</i>		<i>20</i>
DAS-1	Assistente de Gabinete da Presidência	01
<i>Subtotal</i>		<i>01</i>
DAS-2	Assessor de Gabinete	09
	Assessor Técnico da Presidência	02
<i>Subtotal</i>		<i>11</i>

DAS-3	Assessor de Auditor	05
	Assessor da Presidência	01
	Assessor de Conselheiro	07
<i>Subtotal</i>		<i>13</i>
DAS-4	Assessor para Assuntos Institucionais	01
	Assessor Especial de Conselheiro	07
	Assessor Especial do Gabinete da Presidência	01
	Assessor da Corregedoria-Geral	01
	Coordenador de Relações Institucionais e Eventos	01
	Coordenador de Relações Parlamentares e Administrativas	01

<i>Subtotal</i>		12
DAS-5	Chefe do Gabinete da Presidência	01
	Chefe de Gabinete de Conselheiro	07
	Chefe de Gabinete de Auditor	05
	Assessor do Gabinete da Vice-Presidência	01
	Diretor do Instituto de Contas	01
	Diretor-Geral de Controle Externo	01
	Diretor-Geral de Administração e Planejamento	01
	Diretor de Controle Externo	07
	Diretor de Administração	04
	Consultor-Geral	01
	Secretário-Geral	01
	Chefe da Assessoria de Comunicação Social	01
<i>Subtotal</i>		31
	TOTAL	88

ANEXO IV
(Anexo IV da Lei Complementar n. 255, de 12 de janeiro de 2004)
Quantitativo das Funções de Confiança do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE
TC-FC-02	Secretária de Gabinete	11
	Chefe de Divisão	79
<i>Sub-total</i>		90
TC-FC-03	Assistente Técnico de Diretoria	02
	Assistente Técnico de Auditor	04
<i>Sub-total</i>		06
TC-FC-04	Coordenador de Controle	21
	Coordenador de Administração	17
	Coordenador da Ouvidoria	01
	Coordenador da Auditoria Interna	01
	Assistente Técnico de Gabinete	16
	Coordenador de Gabinete de Auditor	04
	Coordenador de Publicações	01
<i>Subtotal</i>		61
	TOTAL	157

ANEXO V

(Anexo V da Lei Complementar n. 255, de 12 de janeiro de 2004)

Atribuições específicas dos cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	ATRIBUIÇÕES
TC-AFC	Auditor Fiscal de Controle Externo	<p>Exercer atividades relacionadas ao controle externo da competência do Tribunal de Contas, abrangendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - assessoria e consultoria técnica relacionadas às competências constitucionais e legais do Tribunal de Contas; - planejamento, coordenação e supervisão da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e de gestão; - execução da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e de gestão e o acompanhamento ou monitoramento das decisões do Tribunal; - planejamento, coordenação e supervisão de auditorias e inspeções a serem realizadas em quaisquer unidades jurisdicionadas; - instrução de processos formalizados no âmbito do Tribunal de Contas; - elaboração de estudos, pesquisas e pareceres sobre matéria relacionada ao controle externo; - elaboração de relatórios, informações e pareceres em processos de auditorias, inspeções e outros relacionados ao controle externo; - coordenar, acompanhar e implementar ações e projetos relativos ao planejamento estratégico e ao estabelecimento e cumprimento de metas institucionais; - coordenar e realizar as atividades de organização da jurisprudência do Tribunal; <p>Executar outras atividades relacionadas às atribuições constitucionais e legais de controle externo e de funcionamento do Tribunal de Contas.</p>
TC-TAC	Técnico de Atividades Administrativas e de Controle Externo	<p>Planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação, relacionadas à administração do Tribunal de Contas e ao apoio ao controle externo.</p> <ul style="list-style-type: none"> - planejar, organizar, executar e controlar atividades específicas de sua área de habilitação, relacionadas ao atendimento dos programas de apoio ao corpo funcional do Tribunal de Contas. - prestar assessoria, elaborar estudos, pesquisas, pareceres, relatórios e informações no campo de atuação funcional. - coordenar, acompanhar e implementar ações e projetos relativos ao planejamento estratégico e ao atingimento de metas institucionais; - planejar, organizar, coordenar, supervisionar, avaliar e executar serviços e atividades com vistas à promoção e à preservação da saúde física, psíquica e alimentar, individual e coletiva de membros e servidores do Tribunal de Contas; - prestar assistência médica e odontológica e de serviços de enfermagem; solicitação e análise de exames clínicos; avaliação, diagnóstico e tratamento, ou encaminhamento a atendimento especializado ou remoção para hospital; - elaborar laudos periciais e emitir pareceres em processos administrativos e, quando solicitado, em processo de controle externo; - verificar a qualidade e higiene dos gêneros alimentícios adquiridos e estocados no Tribunal, propondo métodos e técnicas apropriadas para sua guarda e conservação; - elaborar e executar planos, programas e atividades na área assistencial; - desenvolver atividades de aconselhamento e de orientação psicológica, acompanhamento e tratamento dessa natureza; <p>Executar outras atividades correlatas.</p>

TC-AUC	Auxiliar de Atividades Administrativas e de Controle Externo	Executar, sob supervisão, atividades auxiliares de apoio ao controle externo de competência do Tribunal de Contas, relativos a auditorias, inspeções e instrução de processos. - executar atividades e serviços auxiliares administrativos, logísticos e operacionais que lhes forem atribuídos, relacionados aos serviços administrativos do Tribunal de Contas; - elaboração de relatórios de apoio aos serviços administrativos do Tribunal de Contas; - executar trabalhos relativos à tramitação de papéis e processos; - executar sob supervisão, atividades de apoio operacional relacionadas à administração do Tribunal de Contas; - executar serviços de apoio aos profissionais encarregados da promoção e preservação da saúde física, psíquica e alimentar, individual e coletiva dos membros e servidores do Tribunal de Contas; - executar atividades auxiliares de enfermagem, tais como o encaminhamento dos pacientes para consultas e exames e demais procedimentos de rotina ou emergências, próprios da área de atuação; - executar atividades auxiliares no atendimento odontológico; - organizar a agenda de atendimento, manter prontuários dos pacientes, esterilizar e organizar equipamentos e materiais; Realizar outras tarefas que lhe sejam atribuídas.
TC-M00	Motorista Oficial (em extinção)	Conduzir veículos do Tribunal de Contas para transporte de passageiros e/ou cargas, desde que possua Carteira Nacional de Habilitação na categoria "D", observada a legislação de trânsito vigente, zelando pela limpeza, conservação e segurança dos veículos, efetuando pequenos reparos de emergência no veículo sob sua responsabilidade, e elaborando relatórios sobre quilometragem realizada, consumo de combustível e outras ocorrências. Executar outras atividades correlatas.

ANEXO VI

(Anexo IX da Lei Complementar n. 255, de 12 de janeiro de 2004)

Tabela de Índices das Funções de Confiança do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas

DENOMINAÇÃO	ÍNDICE (Fator multiplicado pelo Piso de Vencimento do Tribunal de Contas)
TC-FC-1	1,00
TC-FC-2	2,00
TC-FC-3	3,00
TC-FC-4	4,00

ANEXO VII

(Anexo X da Lei Complementar n. 255, de 12 de janeiro de 2004)

Tabela de Índices da Gratificação de Desempenho e Produtividade dos Servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas

CARGOS EFETIVOS	ÍNDICE - (Fator multiplicado pelo Piso de Vencimento do Tribunal de Contas)
Atividades de Nível Básico	3,40
Atividades de Nível Médio	4,00
Atividades de Nível Superior	4,70
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO	ÍNDICE - (Fator multiplicado pelo Piso de Vencimento do Tribunal de Contas)
Atividade de Direção e Assistência Intermediária - DAI-5	3,70
Atividade de Direção e Assessoramento Superior - DAS-1	3,90
Atividade de Direção e Assessoramento Superior - DAS-2	4,10
Atividade de Direção e Assessoramento Superior - DAS-3	4,30
Atividade de Direção e Assessoramento Superior - DAS-4	4,50
Atividade de Direção e Assessoramento Superior - DAS-5	4,70

ANEXO VIII**Cargos Extintos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas**

CARGO	QUANTITATIVO
TC-ONB-Auxiliar Administrativo Operacional-I	06
TC-ONB-Auxiliar Administrativo Operacional-II	
TOTAL	06

Anexo Único Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.**Anexo II da Lei Complementar nº 297/2005**

Quadro de Cargos de Provimento em Comissão		
Denominação dos Cargos	Nível	Qt.
Diretor Geral de Administração e Planejamento	DAS-01	01
Diretor Geral de Contas Públicas	DAS-01	01
Assessor Especial Procurador Geral	DAS-01	02
Assessor Especial Procurador Geral Adjunto	DAS-01	01
Chefe de Gabinete do Procurador Geral	DAS-01	01
Chefe de Gabinete do Procurador Geral Adjunto	DAS-01	01
Assessor Técnico	DAS-02	09
Assistente Procurador Geral	DAS-02	01
Assistente Procurador Geral Adjunto	DAS-02	01
Gerente Administrativo e Financeiro	DAS-02	01
Gerente de Controle de Processos	DAS-02	01
Gerente de Distribuição de Processos	DAS-02	01
Gerente de Informática	DAS-02	01
Gerente de Recursos Humanos	DAS-02	01
Assistente de Procurador	DAS-03	07
Assistente	DASI-03	02
Chefe do Serviço de Administração de Pessoal	DASI-03	01
Chefe do Serviço de Administração de Processos	DASI-03	01
Chefe do Serviço de Apoio Administrativo	DASI-03	01
Chefe do Serviço de Processamento de Dados	DASI-03	01
Total		36

Anexo III da Lei Complementar nº 297/2005

Remuneração dos Cargos Comissionados	
Nível dos Cargos Comissionados	Índice
DAS-01	18,20
DAS-02	14,70
DAS-03	12,30
DASI-03	9,40

Anexo IV da Lei Complementar nº 297/2005

Produtividade dos Cargos Efetivos	
Grupo dos Cargos Efetivos	Índice
Cargos de Nível Superior	4,70
Cargos de Nível Médio	4,00
Cargos de Nível Fundamental e Básico	3,40

Anexo V da Lei Complementar nº 297/2005

Gratificação das Funções de Confiança	
Nível das Funções de Confiança	Índice
FC-1	4,00
FC-2	2,00

*** X X X ***